

*Para a História do Socialismo*

Documentos

[www.hist-socialismo.net](http://www.hist-socialismo.net)

Tradução do russo e edição por CN, 18.09.12<sup>1</sup>

---

# Problemas Económicos do Socialismo na URSS

I. V. Stáline

1952

*Aos participantes  
na discussão sobre economia*

## Observações sobre questões económicas relacionadas com a discussão de Novembro de 1951

Recebi todos os documentos relativos à discussão sobre economia, realizada a propósito da apreciação do projecto de manual de economia política. Recebi, designadamente, as «Propostas para melhorar o projecto de manual de economia política»;<sup>2</sup> as «Propostas para eliminar erros e inexactidões» no projecto e a «Resenha das questões controversas».

A respeito de todos estes materiais, como também sobre o projecto de manual, considero necessário fazer as seguintes observações.

---

<sup>1</sup> Título original: *Экономические Проблемы Социализма В СССР*, I.V. Stáline, *Obras*, t. 16, ed. Pissátel, Moscovo, 1997, pp. 154-223. ([http://grachev62.narod.ru/stalin/t16/t16\\_33.htm](http://grachev62.narod.ru/stalin/t16/t16_33.htm)). **O índice temático encontra-se no final do documento.** (N. Ed.)

<sup>2</sup> O *Manual de Economia Política*, elaborado por K.V. Ostrovítianov, D.T. Chepílov, L.A. Leóntiev, I.D. Laptev, I.I. Kuzminov e L.M. Gatovski, foi publicado em finais de 1954, sob chancela do Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS e da Editora Estatal de Literatura Política, com uma primeira tiragem de três milhões de exemplares. Logo no ano seguinte, foi publicada uma segunda edição, na qual o mesmo colectivo de autores introduziu alguns melhoramentos. (N. Ed.)

## **1. A questão do carácter das leis económicas no socialismo**

Alguns camaradas negam o carácter objectivo das leis da ciência, particularmente das leis da economia política no socialismo. Negam que as leis da economia política reflectem a regularidade de processos que se produzem independentemente da vontade das pessoas. Consideram que, dado o papel particular conferido pela história ao Estado soviético, este e seus dirigentes podem abolir as leis existentes da economia política e «formar» novas leis, «criar» novas leis.

Estes camaradas estão profundamente errados. Pelos vistos, confundem as leis da ciência, as quais reflectem processos objectivos da natureza ou da sociedade, que ocorrem independentemente da vontade humana, com as leis que os governos publicam, que são criadas pela vontade das pessoas e que apenas têm força jurídica. No entanto, em caso algum, as podemos misturar.

O marxismo entende as leis da ciência — quer se trate das leis das ciências naturais, quer das leis da economia política — como o reflexo de processos objectivos que ocorrem independentemente da vontade das pessoas. As pessoas podem descobrir, conhecer, estudar, ter em conta estas leis nos seus actos, utilizá-las no interesse da sociedade, mas não podem modificá-las nem aboli-las. Muito menos podem formar ou criar novas leis da ciência.

Significará isto, por exemplo, que os resultados da acção das leis da natureza, os resultados da acção das forças da natureza, são em geral inelutáveis, que a acção destruidora das forças da natureza se produz sempre e em toda parte com uma espontaneidade inexorável que escapa à influência humana? Não. Não significa. Se excluirmos os processos astronómicos, geológicos e alguns outros análogos, nos quais as pessoas, mesmo que conheçam as leis do seu desenvolvimento, são efectivamente impotentes para os influenciar, em muitos outros casos estão longe de serem incapazes de agir sobre os processos da natureza. Em todos estes casos, as pessoas, conhecendo as leis da natureza, levando-as em conta e apoiando-se nelas, aplicando-as e utilizando-as habilmente, podem limitar a sua esfera de acção, imprimir outra direcção às forças destruidoras da natureza, dirigi-las em proveito da sociedade.

Tomemos um entre muitos exemplos. Na antiguidade, quando os grandes rios transbordavam, provocando inundações e conseqüentes destruições de habitações e de campos cultivados, considerava-se que se tratava de calamidades inelutáveis, contra as quais as pessoas nada podiam fazer. Todavia, com o decorrer dos tempos, com o progresso do conhecimento humano, as pessoas aprenderam a construir barragens e centrais hidroeléctricas, e constatou-se que era possível evitar as inundações, calamidade que antes parecia inelutável. Além disso, as pessoas aprenderam a domar as forças destruidoras da natureza, aprenderam, digamos, a dominá-las, a dirigir a força da água em proveito da sociedade, a utilizá-la para irrigar os campos e obter energia.

Significará isto que as pessoas aboliram deste modo as leis da natureza, as leis da ciência, que criaram novas leis da natureza, novas leis da ciência? Não. Não significa. Na realidade todo o procedimento de prevenção da acção

destruidora da força das águas e da sua utilização no interesse da sociedade decorre sem a menor violação, modificação ou supressão das leis da ciência e sem a criação de novas leis da ciência. Pelo contrário, todo este procedimento baseia-se rigorosamente nas leis da natureza, nas leis da ciência, uma vez que qualquer violação das leis da natureza, mesmo a mais pequena, provocaria transtorno à obra e o fracasso do procedimento.

O mesmo se deve dizer a respeito das leis do desenvolvimento económico, das leis da economia política, tanto faz tratar-se do período do capitalismo ou do período do socialismo. Tal como nas ciências naturais, também as leis do desenvolvimento económico são objectivas, reflectem os processos do desenvolvimento económico que se produzem independentemente da vontade humana. As pessoas podem descobrir estas leis, conhecê-las e, apoiando-se nelas, aplicá-las no interesse da sociedade, imprimindo outra direcção à acção destruidora de certas leis, limitando a sua esfera de acção, dando livre curso a outras leis que abrem o seu caminho, mas não podem eliminá-las ou criar novas leis económicas.

Uma das particularidades da economia política consiste no facto de que as suas leis, diferentemente das leis das ciências naturais, são efémeras, actuam, na sua maioria pelo menos, no decurso de um determinado período histórico, após o qual cedem lugar a novas leis. Porém, estas leis não são eliminadas, apenas perdem validade por força das novas condições económicas, e saem de cena para dar lugar a novas leis, as quais não são criadas por vontade humana, mas surgem na base das novas condições económicas.

É invocada a fórmula de Engels, no *Anti-Dühring*, de que, com a liquidação do capitalismo e a socialização dos meios de produção, as pessoas adquirem poder sobre os seus meios de produção, libertam-se do jugo das relações económico-sociais e tornam-se «senhores» da sua vida social. Engels chama a esta liberdade «*necessidade consciente*». Mas que significa «*necessidade consciente*»? Significa que as pessoas, ao conhecerem as leis objectivas («*necessidade*»), aplicá-las-ão com plena consciência no interesse da sociedade. É precisamente isso que Engels afirma na mesma obra:

*«As leis da sua própria acção social que, até aqui, lhes eram exteriores, estranhas e o dominavam como leis naturais, são desde então aplicadas e dominadas pelos homens com plena competência.»*<sup>3</sup>

Como se vê, a fórmula de Engels não dá de modo algum razão àqueles que pensam que no socialismo é possível abolir as leis económicas existentes e criar novas. Pelo contrário, ela exige não a abolição, mas o conhecimento das leis económicas e a sua hábil aplicação.

Afirma-se que as leis económicas têm um carácter espontâneo, que a sua acção é inelutável e que a sociedade é impotente perante elas. Isto é falso. Isto equivale a transformar as leis num fetiche e tornar-se escravo delas. Está provado que a sociedade não é impotente perante as leis. Conhecendo as leis económicas e apoiando-se nelas, a sociedade pode limitar sua esfera de acção,

---

<sup>3</sup> Friederich Engels, *Anti-Dühring*, Fernando Ribeiro de Mello/ Edições Afrodite, Lisboa, 1974, 2.<sup>a</sup> edição, p. 347. (N. Ed.)

utilizá-las no interesse da sociedade e «dominá-las», como acontece em relação às forças da natureza e às suas leis, caso do exemplo atrás apresentado sobre o transbordamento dos grandes rios.

Invoca-se o papel particular que o poder soviético desempenha na construção do socialismo, o qual, alegadamente, lhe permitiria eliminar as leis existentes do desenvolvimento económico e «formar» novas. Isto é igualmente falso.

O papel particular do poder soviético explica-se por duas circunstâncias: em primeiro lugar, ao poder soviético não cabia substituir uma forma de exploração por outra, como sucedia nas revoluções antigas, mas sim liquidar todo o tipo de exploração; em segundo lugar, dada a ausência no país de quaisquer embriões já prontos da economia socialista, o poder soviético teve de criar, digamos, «a partir do nada» as novas formas socialistas de economia.

Tarefa sem dúvida difícil e complicada que não tinha precedentes. Apesar disso, o poder soviético cumpriu-a honrosamente. Mas não porque tivesse abolido as leis económicas existentes e «formado» novas, mas apenas porque se apoiou na lei económica da *obrigatoriedade da correspondência* entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas. As forças produtivas do nosso país, particularmente na indústria, tinham um carácter social, mas a forma de propriedade era privada, capitalista. Apoiando-se na lei económica da *obrigatoriedade da correspondência* entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas, o poder soviético socializou os meios de produção, tornou-os propriedade de todo o povo e assim eliminou o sistema de exploração e criou as formas socialistas de economia. Sem esta lei e sem se apoiar nela, o poder soviético não poderia ter cumprido sua tarefa.

A lei económica da *obrigatoriedade da correspondência* entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas há muito que abre o seu caminho nos países capitalistas. Se ainda não conseguiu ganhar livre curso é porque encontra a mais forte resistência do lado das forças caducas da sociedade. Aqui deparamo-nos com outra particularidade das leis económicas. Diferentemente das leis das ciências naturais, onde a descoberta e a aplicação de uma nova lei decorrem de forma mais ou menos fluida, no campo da economia, a descoberta e aplicação de uma nova lei, que choque com os interesses das forças caducas da sociedade, enfrentam a maior resistência por parte destas. É preciso, por conseguinte, uma força, uma força social, capaz de vencer essa resistência. Esta força existia no nosso país sob a forma da aliança da classe operária e do campesinato, que representavam a maioria esmagadora da sociedade. Tal força ainda não se constituiu noutros países capitalistas. Reside aqui o segredo de como o poder soviético foi capaz de derrotar as forças velhas da sociedade, permitindo que a lei económica da *obrigatoriedade da correspondência* entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas ganhasse total livre curso.

Afirma-se que a necessidade do desenvolvimento harmonioso (proporcional) da economia do nosso país permite que o poder soviético elimine as leis económicas existentes e crie novas. Isto é absolutamente falso. Não podemos confundir os nossos planos anuais e quinquenais com a lei económica objectiva do desenvolvimento harmonioso, proporcional, da economia nacional. A lei do

desenvolvimento harmonioso da economia nacional surgiu como contrapeso à lei da concorrência e da anarquia da produção no capitalismo. Surgiu na base da socialização dos meios de produção, após a lei da concorrência e da anarquia da produção ter perdido a sua força. Passou a vigorar porque a economia socialista só pode funcionar na base da lei económica do desenvolvimento harmonioso da economia nacional. Isto significa que a lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional oferece aos nossos órgãos de planificação a *possibilidade* de planificar correctamente a produção social. Mas não se pode confundir *possibilidade* com *realidade*. São duas coisas diferentes. Para que esta possibilidade se torne realidade, é preciso estudar esta lei económica, é preciso assimilá-la, é preciso aprender a aplicá-la com pleno conhecimento de causa, é preciso elaborar planos que reflectam plenamente as suas disposições. Não podemos dizer que os nossos planos anuais e quinquenais reflectem plenamente as disposições desta lei económica.

Afirma-se que algumas leis económicas, nomeadamente a lei do valor, que continua em vigor no nosso país, sob o socialismo, são leis «transformadas» ou mesmo «radicalmente transformadas» na base da economia planificada. Isto também é falso. As leis não se podem «transformar», quanto mais «radicalmente». Se podemos transformá-las, então também podemos eliminá-las e substituí-las por outras leis. A tese da «transformação» das leis é um resquício da fórmula errónea sobre a «eliminação» e «formação» das leis. Apesar de, entre nós, há muito ter entrado no uso corrente, esta fórmula sobre a transformação das leis económicas deverá ser abandonada em nome do rigor. Pode-se limitar a esfera de acção destas ou daquelas leis económicas, pode-se prevenir a sua acção destruidora, caso exista naturalmente, mas não podem ser «transformadas» ou «eliminadas».

Por conseguinte, quando se fala de «subjugação» das forças da natureza ou das forças económicas, de «domínio» sobre elas, etc., isto não quer dizer de forma alguma que as pessoas possam «eliminar» as leis da ciência ou «formá-las». Pelo contrário, com isto pretende-se apenas dizer que as pessoas podem descobrir, conhecer, assimilar, aprender a aplicar as leis com pleno conhecimento de causa, utilizá-las no interesse da sociedade e dessa maneira conseguir submetê-las, dominá-las.

Assim, as leis da economia política no socialismo são objectivas, reflectem a regularidade dos processos da vida económica, que têm lugar independentemente da nossa vontade. As pessoas que negam esta tese, negam na sua essência a ciência, e ao negarem a ciência estão a negar a possibilidade de se fazer qualquer previsão – consequentemente negam a possibilidade de dirigir a vida económica.

Podem dizer que tudo o que aqui foi dito está correcto e é do conhecimento geral, mas que não há nada de novo e, por isso, não vale a pena perder tempo a repetir verdades universalmente conhecidas. É certo que aqui não há realmente nada de novo, mas seria erróneo pensar que não vale a pena perder tempo com a repetição de certas verdades que conhecemos. O caso é que todos os anos se juntam a nós, ao núcleo dirigente, milhares de novos jovens quadros que desejam ardentemente ajudar-nos, mostrar do que são capazes, mas não

possuem uma educação marxista suficiente, não conhecem muitas verdades que nós conhecemos bem e vêem-se obrigados a errar nas trevas. Estão deslumbrados com as colossais realizações do poder soviético, os extraordinários êxitos do regime soviético causam-lhes vertigem e começam a imaginar que o poder soviético «*pode tudo*», que «*nada o detém*», que pode eliminar as leis da ciência e formar novas leis. Como proceder com estes camaradas? Como educá-los no espírito do marxismo-leninismo? Penso que a repetição sistemática das chamadas verdades «universalmente conhecidas» e a sua paciente explicação é um dos melhores meios para dar a estes camaradas uma educação marxista.

## 2. A questão da produção mercantil no socialismo

Alguns camaradas afirmam que o partido procedeu erroneamente ao conservar a produção mercantil, após a tomada do poder e a nacionalização dos meios de produção no nosso país. Consideram que o partido deveria ter logo eliminado a produção mercantil. E invocam Engels, que a este propósito diz:

«*Ao apoderar-se socialmente dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre o produtor*».<sup>4</sup>

Estes camaradas estão profundamente errados.

Examinemos a fórmula de Engels. A fórmula de Engels não pode considerar-se inteiramente clara e precisa, uma vez que não indica se se trata da tomada da posse por parte da sociedade de *todos* os meios de produção ou de apenas uma parte deles, isto é, se *todos* os meios de produção passaram a ser património do povo ou apenas uma parte deles. Portanto, esta fórmula de Engels pode ser compreendida de uma maneira e doutra.

Noutra passagem do *Anti-Dühring*, Engels fala da posse de «*todos os meios de produção*», da «*tomada de posse de todos dos meios de produção*».<sup>5</sup> Quer dizer que Engels, na sua fórmula, tem em vista a nacionalização, não de uma parte dos meios de produção, mas de todos os meios de produção, isto é, a transferência dos meios de produção para o património do povo, não apenas na indústria, mas também na agricultura.

Daqui decorre que Engels tinha em mente países em que o capitalismo e a concentração da produção estivessem suficientemente desenvolvidos, não apenas na indústria, mas também na agricultura, de modo a permitir a expropriação de *todos* os meios de produção e transferi-los para propriedade do povo. Engels considera, por conseguinte, que *nesses* países se deveria, a par da socialização de *todos* os meios de produção, eliminar a produção mercantil. E isto, naturalmente, é correcto.

No momento em que o *Anti-Dühring* foi publicado, no final do século XIX, a Inglaterra era o único país em que o desenvolvimento do capitalismo e a

---

<sup>4</sup> Friederich Engels, *Anti-Dühring*, ed. cit., p. 347. (N. Ed.)

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 345 (N. Ed.)

concentração da produção, tanto na indústria como na agricultura, tinham atingido um tal ponto que, em caso de o proletariado tomar o poder, existia a possibilidade de transferir todos os meios de produção do país para o património do povo e eliminar a produção mercantil da vida quotidiana.

Abstraio-me, neste caso, da questão da importância que o comércio externo tem para a Inglaterra, com seu enorme peso na economia nacional. Penso que só depois de estudar esta questão se poderia decidir definitivamente sobre o destino da produção mercantil na Inglaterra, após a tomada do poder pelo proletariado e a nacionalização de *todos* os meios de produção.

Aliás, não só no final do século XIX, mas ainda hoje nenhum país alcançou o grau de desenvolvimento do capitalismo e de concentração da produção na agricultura que observamos na Inglaterra. No que se refere aos restantes países, apesar do desenvolvimento do capitalismo no campo, ainda existe uma classe bastante numerosa de pequenos e médios proprietários produtores agrícolas, cujo destino teria de ser definido em caso de tomada do poder pelo proletariado.

Eis pois a questão: o que deverá fazer o proletariado e o seu partido se existirem condições favoráveis para a tomada do poder pelo proletariado e derrubamento do capitalismo neste ou naquele país, nomeadamente no nosso, onde o capitalismo já concentrou os meios de produção na indústria a tal ponto que é possível expropriá-los e transferi-los para a posse da sociedade, mas onde a agricultura, apesar do crescimento do capitalismo, ainda está tão fragmentada entre inúmeros pequenos e médios proprietários produtores que não é possível colocar a questão da expropriação destes produtores?

A fórmula de Engels não dá resposta a esta pergunta. De resto, não tem que responder a esta pergunta, uma vez que surgiu na base de outra questão, a saber: qual deve ser o destino da produção mercantil depois de estarem socializados *todos* os meios de produção?

Assim, que fazer se *nem todos* os meios de produção podem ser socializados, mas apenas parte deles, apesar de existirem evidentes condições favoráveis para a tomada do poder pelo proletariado? Deverá o proletariado tomar o poder e será preciso eliminar de imediato a produção mercantil?

Não se pode seguramente aceitar como resposta as opiniões de alguns pseudo-marxistas, que consideram que em semelhantes condições se deveria renunciar à tomada do poder e esperar até que o capitalismo consiga arruinar os milhões de pequenos e médios produtores, transformando-os em assalariados agrícolas, e concentrar os meios de produção na agricultura; que só depois disso se poderá colocar a questão da tomada do poder pelo proletariado e da socialização de *todos* os meios de produção. É claro que os marxistas não podem aceitar tal «*solução*», a menos que queiram desacreditar-se completamente.

Não se pode igualmente aceitar como resposta a opinião de outros pseudo-marxistas, que pensam que se deveria, quiçá, tomar o poder, avançar para a expropriação dos pequenos e médios produtores rurais e socializar os seus meios de produção. Os marxistas não podem seguir esta via absurda e criminosa, uma vez que eliminaria qualquer possibilidade de vitória da revolução proletária e colocaria por muito tempo o campesinato no campo dos inimigos do proletariado.

Nos seus trabalhos «Sobre o imposto em espécie» e no seu célebre «Plano das cooperativas», Lénine respondeu a esta questão.

A resposta de Lénine resume-se brevemente ao seguinte:

a) Não deixar escapar condições favoráveis para a tomada do poder; o proletariado deve tomar o poder sem esperar o momento em que o capitalismo consiga arruinar os muitos milhões de pequenos e médios produtores individuais;

b) Expropriar os meios de produção na indústria e transferi-los para o património do povo;

c) No que respeita aos pequenos e médios produtores individuais, promover gradualmente a sua associação em cooperativas de produção, isto é, em grandes empresas agrícolas — os kolkhozes;

d) Desenvolver por todos os meios a indústria e criar junto dos kolkhozes a base técnica moderna da grande produção, não os expropriando mas, pelo contrário, fornecendo-lhes tractores e outras máquinas de primeira qualidade;

e) Com vista à aliança económica da cidade e do campo, da indústria e da agricultura, manter por um certo tempo a produção mercantil (a troca através da compra e venda), como *a única forma aceitável* para os camponeses de relações económicas com a cidade, e desenvolver amplamente o comércio soviético, estatal e cooperativo-kolkhoziano, banindo todo o tipo de capitalistas da circulação de mercadorias.

A nossa história da construção do socialismo mostra que esta via de desenvolvimento traçada por Lénine se revelou inteiramente justa.

Não pode haver dúvidas de que, em todos os países capitalistas onde há uma classe mais ou menos numerosa de pequenos e médios produtores, esta via de desenvolvimento é a única possível e adequada à vitória do socialismo.

Diz-se que a produção mercantil tenderá a conduzir e acabará obrigatoriamente por conduzir ao capitalismo, sejam quais forem as circunstâncias. Isto é falso. Nem sempre e não em quaisquer circunstâncias! Não se pode identificar a produção mercantil com a produção capitalista. São duas coisas diferentes. A produção capitalista é a forma superior da produção mercantil. A produção mercantil só conduz ao capitalismo se existir propriedade privada dos meios de produção, se a força de trabalho se apresentar no mercado como mercadoria, passível de ser comprada e explorada pelo capitalista no processo da produção, se, por conseguinte, existir no país o sistema de exploração dos operários assalariados pelos capitalistas. A produção capitalista começa onde os meios de produção estão concentrados em mãos de privados e os operários, despojados dos meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho como mercadoria. Sem isto não há produção capitalista.

Mas e se não existirem estas condições que transformam a produção mercantil em produção capitalista, se os meios de produção já não constituírem propriedade privada mas sim propriedade socialista, se o sistema de trabalho assalariado não existir e a força de trabalho tiver deixado de ser uma mercadoria, se o sistema de exploração tiver sido há muito liquidado — que julgamento fazer? Poderemos considerar que a produção mercantil conduzirá ainda assim ao capitalismo? Não. Não podemos considerar tal coisa. Ora bem, a



nossa sociedade é precisamente essa sociedade em que a propriedade privada dos meios de produção, o sistema de trabalho assalariado e o sistema de exploração há muito que já não existem.

Não se pode considerar a produção mercantil como algo auto-suficiente, independente das condições económicas que a cercam. A produção mercantil é anterior à produção capitalista. Já existia no regime esclavagista e serviu-o, no entanto, não conduziu ao capitalismo. Existiu no feudalismo e serviu-o, no entanto, não obstante ter preparado algumas condições para a produção capitalista, não conduziu ao capitalismo. Pergunta-se, por que razão não poderá igualmente a produção mercantil servir a nossa sociedade socialista durante um determinado período sem a conduzir ao capitalismo, tendo em conta que a produção mercantil não tem entre nós a difusão universal e ilimitada que atinge nas condições do capitalismo, que, entre nós, a produção mercantil está rigorosamente delimitada, graças a condições económicas decisivas como a propriedade social dos meios de produção, a liquidação do sistema do trabalho assalariado, a liquidação do sistema de exploração?

Diz-se que, após o estabelecimento no nosso país do domínio da propriedade social dos meios de produção e após a liquidação do sistema de trabalho assalariado e da exploração, a existência da produção mercantil perdeu sentido e que por isso deveria ser eliminada.

Isto também é falso. Actualmente, no nosso país, existem duas formas fundamentais de produção socialista: a estatal, que é de todo o povo, e a kolkhoziana, que não se pode chamar de todo o povo. Nas empresas estatais, os meios de produção e a produção são propriedade de todo o povo. Nas empresas kolkhozianas, porém, apesar de os meios de produção (a terra e as máquinas) também pertencerem ao Estado, a produção é todavia propriedade de cada kolkhoz, uma vez que tanto o trabalho como as sementes lhes pertencem, enquanto a terra, que lhes foi entregue em usufruto perpétuo, é utilizada pelos kolkhozianos, na prática, como propriedade sua, embora não possam vendê-la, comprá-la, arrendá-la ou hipotecá-la.

Esta circunstância faz com que o Estado apenas pode dispor da produção das empresas estatais, dado que os kolkhozes dispõem da respectiva produção enquanto propriedade sua. E estes só aceitam escoar os seus produtos sob a forma de mercadorias, em troca das quais querem receber outras mercadorias de que necessitam. Hoje, os kolkhozes não aceitam outras relações económicas com a cidade senão as mercantis, através da compra e venda. Por isso, no nosso país, a produção mercantil e circulação de mercadorias são actualmente tão necessárias como o eram, digamos, há 30 anos, quando Lênine proclamou a necessidade de desenvolver, por todos os meios, a circulação de mercadorias.

Naturalmente que quando no lugar de dois sectores produtivos fundamentais, estatal e kolkhoziano, surgir um único sector produtivo universal, dispondo de toda a produção para consumo, a circulação de mercadorias com a sua «economia monetária» desaparecerá, como elemento desnecessário da economia nacional. Mas enquanto isso não acontecer, enquanto se mantiverem os dois sectores produtivos fundamentais, a produção mercantil e a circulação de mercadorias continuam a ser elementos muito úteis

e necessários no sistema da nossa economia nacional. De que modo ocorrerá a formação de um único sector universal? Por via da simples absorção do sector kolkhoziano pelo sector estatal, o que é pouco provável (uma vez que tal seria visto como uma expropriação dos kolkhozes), ou por via da instituição de um único órgão económico de *todo o povo* (com representantes da indústria estatal e dos kolkhozes), inicialmente com o direito de registar toda a produção para o consumo do país, podendo mais tarde também distribuir a produção, através de um regime, digamos, de troca de produtos? Esta é uma questão particular, que exige um exame à parte.

Por conseguinte, a *nossa* produção mercantil distingue-se da habitual, é de um tipo especial, é uma produção mercantil sem capitalistas, composta no fundamental por mercadorias dos produtores socialistas associados (Estado, kolkhozes e outras organizações cooperativas). A sua esfera de acção está limitada aos artigos de consumo pessoal, não podendo, evidentemente, de forma alguma transformar-se numa produção capitalista, estando pelo contrário destinada a servir, com sua «economia monetária», a causa do desenvolvimento e consolidação da produção socialista.

Por isso, estão absolutamente errados os camaradas que declaram que, uma vez que a sociedade socialista não liquida as formas mercantis de produção, então todas as categorias económicas próprias do capitalismo deveriam alegadamente ser restabelecidas no nosso país: a força de trabalho como mercadoria, a mais-valia, o capital, o lucro do capital, a taxa média de lucro, etc. Estes camaradas confundem produção mercantil com produção capitalista e pensam que, se existe produção mercantil, então também deverá existir produção capitalista. Não compreendem que nossa produção mercantil se distingue radicalmente da produção mercantil capitalista.

Além disso, penso que precisamos igualmente de abandonar alguns outros conceitos, retirados de *O Capital*, no qual Marx procedeu à análise do capitalismo, e que são artificialmente apensos às nossas relações socialistas. Refiro-me, entre outros, a conceitos como trabalho «necessário» e «sobretrabalho», produto «necessário» e «sobreproduto», tempo «necessário» e «suplementar». Marx analisou o capitalismo para descobrir a origem da exploração da classe operária, a mais-valia, e dar à classe operária, despojada dos meios de produção, uma arma espiritual para o derrubamento do capitalismo. É normal que Marx tenha utilizado conceitos (categorias) que correspondem plenamente às relações capitalistas. Todavia é mais do que estranho que se utilize agora esses conceitos, numa situação em que a classe operária não está privada do poder nem dos meios de produção, mas, pelo contrário, tem o poder nas suas mãos e possui os meios de produção. Parece absurdo falar-se no nosso regime da força de trabalho como mercadoria e do assalariamento dos operários: como se a classe operária, detentora dos meios de produção, se assalariasse a si própria e a si própria vendesse a sua força de trabalho. Não menos estranho é falar-se agora de trabalho «necessário» e «sobretrabalho»: como se, nas nossas condições, o trabalho dos operários consagrado à sociedade para ampliar a produção, desenvolver a educação, a saúde, organizar a defesa, etc., não fosse tão necessário à classe operária, hoje

no poder, como o trabalho despendido pelo operário para satisfazer as necessidades pessoais e da sua família.

É preciso notar que Marx, no seu trabalho *Crítica ao Programa de Gotha*, onde analisa não o capitalismo, mas, entre outros, a primeira fase da sociedade comunista, reconhece que o trabalho consagrado à sociedade para ampliar a produção, desenvolver a educação, a saúde, cobrir as despesas da administração, constituição de reservas, etc., é tão necessário quanto o trabalho despendido para satisfazer as necessidades de consumo da classe operária.

Penso que os nossos economistas deveriam pôr termo à discrepância entre conceitos antigos e o novo estado de coisas no nosso país socialista, substituindo os velhos conceitos por outros novos que correspondam à nova situação.

Pudemos tolerar esta desconformidade até um certo momento, mas chegou a hora em que devemos, finalmente, eliminá-la.

### **3. A questão da lei do valor no socialismo**

Pergunta-se por vezes se a lei do valor existe e funciona no nosso país, no nosso regime socialista?

Sim, existe e funciona. Onde há mercadorias e produção mercantil, a lei do valor existe necessariamente.

No nosso país, a esfera de acção da lei do valor compreende, antes de mais, a circulação de mercadorias, a troca de mercadorias através da compra e venda, e principalmente a troca de mercadorias de consumo pessoal. Neste domínio, a lei do valor conserva naturalmente, dentro de certos limites, um papel regulador.

Mas a acção da lei do valor não se limita à esfera da circulação de mercadorias. Estende-se também à produção. É verdade que a lei do valor não tem um papel regulador na nossa produção socialista, no entanto, ela exerce influência sobre a produção, e isto tem de ser levado em conta na direcção da produção. Efectivamente, no nosso país, os produtos de consumo necessários à renovação da força de trabalho dispendida durante o processo da produção são produzidos e realizados como mercadorias, sujeitos à acção da lei do valor. É precisamente aqui que se revela a influência da lei do valor na produção. Razão pela qual questões como o cálculo económico e rentabilidade, preço de custo, preço de venda, etc., têm grande actualidade para as nossas empresas. Por isso, as nossas empresas não podem nem devem deixar de ter em conta a lei do valor.

Será isto bom? Não é mau. Nas nossas condições actuais, isto não é efectivamente mau, uma vez que esta circunstância educa os administradores da nossa economia no espírito da gestão racional da produção, e disciplina-os. Não é mau, uma vez que ensina os administradores da nossa economia a calcularem com exactidão as ordens de grandeza da produção e a levarem em conta, com a mesma exactidão, as realidades concretas da produção, e a não se dedicarem a palavreados sobre «*dados aproximados*» sem base real. Não é mau, porque ensina os nossos administradores a procurar explorar, e não desprezar, as reservas latentes, ocultas nos recônditos da produção. Não é mau, porque

ensina os nossos administradores a melhorar sistematicamente os métodos de produção, reduzir os custos da produção, realizar o cálculo económico e procurar que as empresas sejam rentáveis. É uma boa escola prática, que acelera o crescimento dos quadros da nossa economia, transformando-os em verdadeiros dirigentes da produção socialista, na sua actual etapa de desenvolvimento.

O mal não está no facto de a lei do valor influenciar a produção no nosso país. O mal está no facto de os nossos administradores económicos e planificadores, com poucas excepções, estarem pouco familiarizados com a acção da lei do valor, não a estudarem e não saberem levá-la em conta nos seus cálculos. É precisamente isto que explica a confusão que ainda reina no nosso país no que toca à política dos preços. Eis um dos múltiplos exemplos. Há algum tempo, para incentivar o cultivo do algodão, foi decidido rever a relação de preços do algodão e dos cereais, ajustar o preço dos cereais vendidos aos cultivadores de algodão e elevar os preços do algodão fornecido ao Estado. Neste sentido, os nossos administradores da economia e planificadores apresentaram uma proposta que deixou estupefactos os membros do Comité Central. Segundo esta proposta, o preço da tonelada de cereais era praticamente o mesmo da tonelada de algodão, além disso, o preço da tonelada de cereais igualava o preço da tonelada de pão cozido. Quando os membros do Comité Central observaram que o preço da tonelada de pão cozido deveria ser superior ao da tonelada de cereais, devido aos custos suplementares da moagem e da cozedura, e que o algodão é em geral bastante mais caro que os cereais, como testemunhavam os preços nos mercados internacionais, os autores da proposta não foram capazes de apresentar uma justificação convincente. Então, o Comité Central teve de tomar em mãos o assunto, baixando o preço dos cereais e elevando o preço do algodão. Que aconteceria se a proposta destes camaradas adquirisse força de lei? Teríamos arruinado os produtores de algodão e ficaríamos sem algodão.

Mas significará tudo isto que a acção da lei do valor tem no nosso país o mesmo livre curso que no capitalismo, que no nosso país a lei do valor é o regulador da produção? Não. Não significa isso. Na realidade, no nosso sistema económico, a esfera de acção da lei do valor está rigorosamente limitada e enquadrada. Já dissemos que a esfera de acção da produção mercantil no nosso país está limitada e enquadrada. O mesmo se deve dizer da esfera de acção da lei do valor. É inquestionável que a inexistência da propriedade privada dos meios de produção e a socialização dos meios de produção, tanto na cidade como no campo, não podem deixar de limitar a esfera de acção da lei do valor e o grau da sua influência sobre a produção.

No mesmo sentido actua a lei do desenvolvimento harmonioso (proporcional) da economia nacional, que substituiu a lei da concorrência e da anarquia da produção.

No mesmo sentido actuam nossos planos anuais e quinquenais, e em geral toda a nossa política económica, que se apoia nas disposições da lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional.

Tudo isto em conjunto faz com que, no nosso país, a esfera de acção da lei do valor esteja estritamente limitada e que, no nosso sistema, a lei do valor não possa desempenhar o papel de regulador da produção.

É precisamente isto que explica o facto «surpreendente» de que, apesar do crescimento ininterrupto e impetuoso da nossa produção socialista, a lei do valor não conduz a crises de sobreprodução no nosso país, enquanto nos países capitalistas essa mesma lei do valor, que tem uma vasta esfera de acção no capitalismo, conduz periodicamente a crises de superprodução, apesar dos baixos ritmos de crescimento da produção.

Dizem que a lei do valor é uma lei permanente, obrigatória em todos os períodos do desenvolvimento histórico, e que mesmo que perca a sua força como regulador das relações de troca no período da segunda fase da sociedade comunista, conservará nesta fase de desenvolvimento a sua força como regulador das relações entre os diversos ramos da produção, como regulador da distribuição do trabalho entre os ramos da produção.

Isto é completamente errado. O valor, tal como a lei do valor, é uma categoria histórica ligada à existência da produção mercantil. Com o desaparecimento da produção mercantil, desaparecem também o valor com as suas formas e a lei do valor.

Na segunda fase da sociedade comunista, a quantidade de trabalho dispendido na produção será medida não por via indirecta, nem por intermédio do valor e respectivas formas, como acontece na produção mercantil, mas directa e imediatamente pela quantidade de tempo, pelo número de horas, gasto na produção. No que se refere à distribuição do trabalho entre os ramos da produção, a sua regulação será feita não pela lei do valor, que nessa altura perderá a sua força, mas pelo crescimento das necessidades da sociedade em produtos. Esta será uma sociedade em que a produção será regulada pelas necessidades sociais, e o cálculo das necessidades da sociedade adquirirá uma importância primordial para os órgãos de planificação.

É também completamente errada a afirmação de que, no nosso sistema económico, na primeira fase de desenvolvimento da sociedade comunista, a lei do valor regula alegadamente as «proporções» da distribuição do trabalho entre os diferentes ramos da produção.

Se isso fosse verdadeiro, então não se compreenderia por que razão no nosso país não se desenvolve a fundo a indústria ligeira, aquela que tem maior rentabilidade, em vez da indústria pesada, que é frequentemente a menos rentável e por vezes totalmente não rentável?

Se isso fosse verdadeiro, então não se compreenderia por que razão no nosso país não se encerra uma série de empresas da indústria pesada, que por enquanto ainda não são rentáveis, onde o trabalho dos operários não proporciona «o efeito pretendido», e não se abre novas empresas na indústria ligeira, cuja rentabilidade é inquestionável e onde o trabalho dos operários poderia surtir um «efeito maior»?

Se isso fosse verdade, então não se compreenderia por que razão no nosso país não se transferem os operários das empresas pouco rentáveis, apesar de serem muito necessárias à economia nacional, para as empresas mais rentáveis,

de acordo com a lei do valor, que alegadamente regula as «proporções» da distribuição do trabalho entre os ramos da produção?

É evidente que se seguíssemos os passos destes camaradas, teríamos de renunciar ao primado da produção de meios de produção a favor da produção dos meios de consumo. E que significaria renunciar ao primado da produção de meios de produção? Significaria inviabilizar o crescimento ininterrupto da nossa economia nacional, dado que é impossível assegurar o crescimento ininterrupto da nossa economia nacional sem ao mesmo tempo assegurar o primado da produção de meios de produção.

Esses camaradas esquecem que a lei do valor funciona como regulador da produção apenas no capitalismo, onde existe a propriedade privada dos meios de produção, a concorrência, a anarquia da produção, as crises de sobreprodução. Esquecem-se de que, no nosso país, a esfera de acção da lei do valor é limitada pela existência da propriedade social dos meios de produção, pela acção da lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional e, por conseguinte, limitada igualmente pelos nossos planos anuais e quinquenais, que são o reflexo aproximativo das disposições dessa lei.

Alguns camaradas tiram daqui a conclusão de que a lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional e a planificação económica eliminam o princípio da rentabilidade da produção. Isto é absolutamente errado. O que ocorre é precisamente o inverso. Se considerarmos a rentabilidade, não do ponto de vista de cada empresa ou ramos isolados da produção durante o período de um ano, mas do ponto de vista de toda a economia nacional e ao longo de um período, digamos, de 10 a 15 anos, que aliás seria a única forma correcta de abordar a questão, verificamos que a rentabilidade temporária e precária de certas empresas ou de certos ramos de produção não resiste a qualquer comparação com a forma superior, estável e constante de rentabilidade, que nos garante a acção da lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional e a planificação da economia nacional, livrando-nos das crises económicas periódicas, que destroem a economia nacional e causam à sociedade enormes perdas materiais, e assegurando-nos o crescimento ininterrupto da economia nacional com ritmos elevados.

Em síntese: não pode haver dúvidas de que, nas nossas condições actuais de produção socialista, a lei do valor não pode ser o «*regulador das proporções*» na distribuição do trabalho entre os vários ramos da produção.

#### **4. A questão da eliminação da oposição entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e físico, e também a questão da liquidação das diferenças entre eles**

Este subtítulo toca numa série de problemas, substancialmente diferentes uns dos outros, no entanto, junto-os num só capítulo, não para os misturar uns com os outros, mas unicamente para abreviar a exposição.

O problema da eliminação da oposição entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, é conhecido e foi levantado há muito por Marx e

Engels. A base económica desta oposição é a exploração do campo pela cidade, a expropriação do campesinato e a ruína da maioria da população rural, no decurso do desenvolvimento da indústria, do comércio e do sistema de crédito no capitalismo. Por isso, no capitalismo, a oposição entre a cidade e o campo deve ser considerada como uma contradição de interesses. Neste terreno surgiu a relação de hostilidade do campo para com a cidade e, em geral, para com «*as pessoas da cidade*».

Sem dúvida que no nosso país, com a eliminação do capitalismo e do sistema de exploração, com a consolidação do regime socialista, deveria também desaparecer a oposição de interesses entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura. E foi isso que aconteceu. A enorme ajuda dada ao nosso campesinato por parte da cidade socialista, por parte da nossa classe operária, para liquidar os latifundiários e os kulaques, consolidou o terreno para a aliança da classe operária e do campesinato, enquanto o fornecimento sistemático de tractores e outras máquinas de primeira qualidade ao campesinato e aos seus kolkhozes, transformou esta aliança em amizade entre a classe operária e o campesinato. É claro que os operários e os camponeses kolkhozianos continuam a constituir duas classes que se distinguem uma da outra pela situação respectiva. Mas esta diferença não enfraquece de modo algum a amizade que os une. Pelo contrário, os seus interesses assentam numa linha popular comum, a linha da consolidação do regime socialista e da vitória do comunismo. Não surpreende por isso que não restem quaisquer vestígios da antiga desconfiança, e mesmo do ódio do campo para com a cidade.

Tudo isso significa que o terreno propício à oposição entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, já foi liquidado pelo nosso actual regime socialista.

Naturalmente, isto não quer dizer que a eliminação da oposição entre a cidade e o campo deva levar à «*morte das grandes cidades*» (ver *Anti-Dühring*, de Engels). As grandes cidades não só não sucumbirão como, pelo contrário, surgirão novas grandes cidades, como centros de maior crescimento da cultura, como centros não só da grande indústria, mas também da transformação dos produtos agrícolas e de um poderoso desenvolvimento de todos os ramos da indústria alimentar. Esta circunstância facilitará o florescimento cultural do país e conduzirá a um nivelamento das condições de vida na cidade e no campo.

Em relação ao problema da eliminação da oposição entre trabalho intelectual e trabalho físico temos uma situação análoga. Este problema é também conhecido, há muito levantado por Marx e Engels. A base económica da oposição entre trabalho intelectual e físico é a exploração das pessoas que realizam trabalho físico por parte dos representantes do trabalho intelectual. No capitalismo todos conhecem o fosso que existe entre aqueles que realizam trabalho físico nas empresas e o respectivo pessoal de direcção. É sabido que esta separação fez surgir uma relação de hostilidade dos operários para com os directores, contramestres, engenheiros e outros representantes do pessoal técnico, considerados como inimigos pelos operários. É claro que com a destruição do capitalismo e do sistema de exploração devia também desaparecer a oposição de interesses entre trabalho físico e intelectual. E efectivamente

desapareceu no nosso actual regime socialista. Hoje, as pessoas que realizam trabalho físico e o pessoal dirigente não são inimigos, mas camaradas, amigos, membros de um colectivo de produção unido, vitalmente interessados no progresso e no melhoramento da produção. Da antiga hostilidade não restou qualquer vestígio.

Carácter completamente diferente tem o problema do desaparecimento das diferenças entre cidade (indústria) e campo (agricultura), entre trabalho físico e intelectual. Este problema não foi levantado pelos clássicos do marxismo. É um problema novo, colocado pela prática da nossa construção do socialismo.

Não se tratará de um problema inventado? Terá para nós alguma importância prática ou teórica? Não, este problema não pode ser considerado como inventado. Pelo contrário, para nós é um problema sério do mais alto grau.

Se examinarmos, por exemplo, a diferença entre a agricultura e a indústria, vemos que, entre nós, ela não consiste apenas no facto de existirem condições de trabalho diferentes na agricultura e na indústria, mas, antes de mais e principalmente, no facto de na indústria existir a propriedade de todo o povo sobre os meios de produção e os produtos, enquanto na agricultura não temos propriedade de todo o povo, mas de um grupo: a propriedade kolkhoziana. Já se referiu que esta circunstância leva à conservação da circulação de mercadorias, que só com o desaparecimento desta diferença entre a indústria e a agricultura pode desaparecer a produção mercantil, com todas as consequências daí decorrentes. Por conseguinte, não se pode negar que o desaparecimento desta diferença essencial entre a agricultura e a indústria deve ter para nós uma importância de primeira ordem.

O mesmo é preciso dizer sobre o problema da eliminação da diferença essencial entre trabalho intelectual e trabalho físico. Este problema tem igualmente uma importância primordial para nós. Antes da emulação socialista começar a adquirir uma escala de massas, o crescimento da indústria decorria a muito custo e muitos camaradas chegaram mesmo a colocar a questão de diminuir os ritmos de desenvolvimento da indústria. Isto explica-se principalmente pelo facto de o nível técnico-cultural dos operários ser na altura demasiado baixo e estar muito aquém do nível do pessoal técnico. No entanto, as coisas alteraram-se de modo radical quando a emulação socialista adquiriu um carácter de massas. Foi precisamente então que a indústria começou a progredir num ritmo acelerado. Por que razão a emulação socialista adquiriu um carácter de massas? Porque se formaram grupos inteiros de camaradas entre os operários, que não só assimilaram um mínimo de conhecimentos técnicos, como foram mais além e atingiram o nível do pessoal técnico, começando a corrigir os técnicos e engenheiros, a superar as normas caducas em vigor e a introduzir novas normas mais modernas, etc. Que teria acontecido se, em vez de grupos isolados, a maioria dos operários tivesse elevado o seu nível técnico e cultural ao nível dos técnicos e dos engenheiros? A nossa indústria alcançaria um nível inacessível à indústria dos outros países. Por conseguinte, é inegável que a eliminação da diferença essencial entre trabalho intelectual e físico, mediante a elevação do nível técnico e cultural dos operários



ao nível do pessoal técnico, não pode deixar de ter uma importância de primeira ordem para nós.

Alguns camaradas afirmam que com o decorrer do tempo desaparecerá não só a diferença essencial entre indústria e agricultura, entre trabalho físico e intelectual, mas também desaparecerá *qualquer* diferença entre eles. Isto é errado. A eliminação da diferença essencial entre a indústria e a agricultura não pode conduzir à eliminação de todas as diferenças existentes. Algumas delas, apesar de não essenciais, permanecerão seguramente, dadas as diferenças das condições de trabalho na indústria e na agricultura. Mesmo na indústria, se considerarmos os seus vários ramos, as condições de trabalho não são idênticas em toda parte: as condições de trabalho dos mineiros do carvão, por exemplo, diferem das condições dos operários de uma fábrica mecanizada de calçado, as condições de trabalho dos mineiros da mineração diferem das condições dos operários das fábricas de construção de máquinas. Se isto é verdade, então com maior razão subsistirão diferenças entre a indústria e a agricultura.

O mesmo é preciso dizer a respeito da diferença entre trabalho intelectual e trabalho físico. A diferença essencial entre eles, quanto ao nível técnico-cultural, indiscutivelmente desaparecerá. Mas certas diferenças, apesar de não essenciais, subsistirão mais que não seja porque as condições de trabalho do pessoal dirigente das empresas não são idênticas às condições de trabalho dos operários.

Os camaradas que afirmam o contrário apoiam-se, provavelmente, numa formulação que utilizei em algumas das minhas intervenções, em que me referi à eliminação da diferença entre a indústria e a agricultura, entre o trabalho físico e o intelectual, sem fazer a ressalva de que se tratava da eliminação da diferença *essencial* e não de todas as diferenças, como os camaradas supuseram. O que apenas quer dizer que a formulação era inexacta e insatisfatória, e deve ser abandonada e substituída por outra que indique a eliminação das diferenças essenciais e da permanência de diferenças não essenciais entre a indústria e a agricultura, entre o trabalho intelectual e o trabalho físico.

## **5. A questão da desintegração do mercado internacional único e o aprofundamento da crise do sistema capitalista mundial**

O resultado económico mais importante da II Guerra Mundial e das suas consequências económicas foi a desintegração do mercado internacional planetário único. Esta circunstância determinou o aprofundamento subsequente da crise geral do sistema capitalista mundial.

A própria segunda guerra mundial foi gerada por esta crise. Ambas as coligações capitalistas que se digladiaram durante a guerra esperavam vencer o adversário e alcançar a supremacia mundial. Procuravam assim a saída da crise. Os Estados Unidos da América contavam neutralizar os seus mais perigosos concorrentes, a Alemanha e o Japão esperavam conquistar os mercados estrangeiros, as fontes mundiais de matérias-primas e alcançar a supremacia mundial.

No entanto, a guerra frustrou essas esperanças. É certo que a Alemanha e o Japão foram neutralizados como concorrentes dos três principais países capitalistas: Estados Unidos, Inglaterra e França. Mas, a par disto, a China e outras democracias populares da Europa saíram do sistema capitalista, formando com a União Soviética um poderoso campo socialista unificado, que se opõe ao campo capitalista. A existência de dois campos opostos teve como resultado económico a desintegração do mercado internacional planetário único, e, em consequência disso, temos agora dois mercados internacionais paralelos, que também se opõem um ao outro.

Deve-se assinalar que os Estados Unidos, a Inglaterra e a França contribuíram eles próprios, naturalmente involuntariamente, para a formação e consolidação do novo mercado internacional paralelo. Impuseram o bloqueio económico à URSS, à China e às democracias populares da Europa, excluindo-as do «Plano Marshall», pensando com isso asfixiá-las. Na realidade, porém, o que daí resultou não foi a asfixia, mas a consolidação de um novo mercado mundial.

Todavia, o fundamental neste caso não foi obviamente o bloqueio económico, mas o facto de que, no período do pós-guerra, estes países entrelaçaram-se economicamente e organizaram a cooperação e a assistência mútua económicas. A experiência desta cooperação mostra que nenhum país capitalista poderia prestar uma assistência tão efectiva e tecnicamente qualificada como a que é prestada pela União Soviética aos países das democracias populares. Não se trata apenas do facto de esta ajuda ser a menos onerosa e tecnicamente superior. Trata-se antes de mais do facto de esta cooperação assentar no desejo sincero de prestar ajuda mútua e alcançar o desenvolvimento económico comum. Como resultado temos elevados ritmos de desenvolvimento industrial nestes países. Podemos dizer com convicção que, em breve, com os actuais ritmos de desenvolvimento industrial, estes países não só não precisarão de importar mercadorias dos países capitalistas, como sentirão necessidade de exportar os excedentes da sua produção.

Daqui decorre que a esfera de acção dos principais países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra e França) relativamente aos recursos mundiais não se alargará, mas diminuirá; que as condições dos mercados de escoamento internacionais se agravarão para estes países, fazendo aumentar o subaproveitamento das capacidades instaladas nas suas empresas. É nisto que consiste propriamente o aprofundamento da crise geral do sistema capitalista mundial, na decorrência da desintegração do mercado mundial.

Isto é perceptível para os próprios capitalistas, dado que é difícil não sentir a perda de mercados como os da URSS e da China. Procuram superar estas dificuldades através do Plano Marshall, da guerra na Coreia, da corrida aos armamentos, da militarização da indústria. Mas isso faz lembrar o afogado que se agarra a qualquer galho.

Perante esta situação colocam-se duas questões aos economistas:

a) Será que se pode afirmar que a conhecida tese de Stáline sobre a estabilidade relativa dos mercados, no período da crise geral do capitalismo, formulada antes da II Guerra Mundial, continua todavia válida?

b) Será que se pode afirmar que a conhecida tese de Lênine, formulada na primavera de 1916, de que não obstante a decomposição do capitalismo, «*no seu conjunto o capitalismo cresce incomensuravelmente mais depressa do que antes*» continua todavia válida?

Penso que não se pode afirmar. Tendo em conta as novas condições surgidas com a II Guerra Mundial, devemos considerar que ambas as teses perderam validade.

## **6. A questão da inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas**

Alguns camaradas afirmam que devido ao desenvolvimento das novas condições internacionais, após a II Guerra Mundial, as guerras entre países capitalistas deixaram de ser inevitáveis. Consideram que as contradições entre o campo socialista e o campo capitalista são mais fortes que as contradições entre os países capitalistas; que os Estados Unidos controlam suficientemente os outros países capitalistas para os impedir de desencadear guerras entre si e se enfraquecerem mutuamente; que as pessoas mais avançadas do capitalismo aprenderam o suficiente com a experiência de duas guerras mundiais, que causaram sérios danos a todo o mundo capitalista, para se permitirem arrastar novamente países capitalistas para uma guerra, que, em vista de tudo isto, as guerras entre países capitalistas deixaram de ser inevitáveis.

Estes camaradas estão errados. Vêem fenómenos exteriores que afloram à superfície, mas não vêem as forças profundas que, apesar de por enquanto agirem de forma imperceptível, irão todavia determinar o curso dos acontecimentos.

Na aparência tudo «*corre bem*»: os Estados Unidos da América puseram a Europa Ocidental, o Japão e outros países capitalistas em regime de meia ração. A Alemanha (ocidental), a Inglaterra, a França, a Itália, o Japão, que caíram nas garras dos Estados Unidos, cumprem obedientemente as imposições dos EUA. Mas seria erróneo pensar que este «*estado de graça*» pode manter-se eternamente, que estes países irão suportar para sempre a dominação e o jugo dos Estados Unidos da América e que não tentarão escapar ao cativeiro americano e seguir a via do desenvolvimento autónomo.

Tomemos antes de mais a Inglaterra e a França. É inquestionável que são países imperialistas. É inquestionável que as matérias-primas baratas e os mercados de escoamento garantidos têm para eles uma importância primordial. Poderemos admitir que estes países irão suportar indefinidamente a situação actual, em que os americanos com a desculpa da «ajuda» por via do «plano Marshall» se instalam furtivamente nas economias da Inglaterra e da França, procurando transformá-las em apêndices da economia norte-americana; em que o capital americano se apodera das matérias-primas e dos mercados coloniais de escoamento anglo-franceses, preparando assim uma catástrofe para os elevados lucros dos capitalistas anglo-franceses? Não será mais exacto dizer que a Inglaterra capitalista e, logo a seguir, a França capitalista acabarão por ser

obrigadas a libertar-se do abraço dos EUA e a entrar em conflito, a fim de garantirem uma situação independente e, naturalmente, elevados lucros?

Passemos aos principais países vencidos, à Alemanha (ocidental) e ao Japão. Hoje, estes países arrastam uma existência miserável, sob o tacão do imperialismo americano. A sua indústria e agricultura, o seu comércio, a sua política interna e externa, toda a sua existência, estão tolhidas pelo «regime» americano de ocupação. Porém, ainda ontem, estes países eram grandes potências imperialistas que abalavam os alicerces do domínio da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França na Europa e na Ásia. Pensar que estes países não tentarão erguer-se novamente, romper com o «regime» dos EUA e avançar pela via do desenvolvimento autónomo, significa acreditar em milagres.

Diz-se que as contradições entre o capitalismo e o socialismo são mais fortes do que as contradições entre os países capitalistas. É claro que do ponto de vista teórico isso é justo. É justo não apenas agora, no momento actual, como também o era antes da II Guerra Mundial. E os dirigentes dos países capitalistas compreendiam-no em menor ou maior grau. E no entanto a II Guerra Mundial não começou contra a URSS, mas entre países capitalistas. Porquê? Porque, em primeiro lugar, a guerra contra a URSS, enquanto país do socialismo, era mais perigosa para o capitalismo do que a guerra entre países capitalistas, uma vez que, se por um lado a guerra entre países capitalistas coloca apenas o problema da prevalência de uns sobre outros, a guerra contra a URSS levantaria inevitavelmente a questão da sobrevivência do próprio capitalismo. Porque, em segundo lugar, apesar de os capitalistas fazerem alarde, para fins de «propaganda», da agressividade da União Soviética, eles próprios não acreditam nesta agressividade, uma vez que têm em conta a política de paz da União Soviética e sabem que esta, por si mesma, não atacará os países capitalistas. Depois da I Guerra Mundial também se julgou que a Alemanha havia sido definitivamente neutralizada, tal como hoje alguns camaradas pensam que o Japão e a Alemanha estão definitivamente arrumados. Na altura também se falava e alardeava na imprensa que os Estados Unidos haviam posto a Europa a meia razão, que a Alemanha nunca mais voltaria a erguer-se, que daí em diante não haveria mais guerras entre países capitalistas. No entanto, apesar disso, a Alemanha reergueu-se e tornou-se uma grande potência no espaço de 15 a 20 anos após a sua derrota, tendo-se libertado do cativeiro e tomado a via do desenvolvimento autónomo. Entretanto, é característico que tenham sido precisamente a Inglaterra e os Estados Unidos os países que ajudaram a Alemanha a reerguer-se economicamente e a restabelecer o seu potencial económico e militar. Obviamente que ao ajudarem a recuperação económica da Alemanha os Estados Unidos e a Inglaterra tinham em vista dirigir a Alemanha restabelecida contra a União Soviética, utilizá-la contra o país do socialismo. Porém, a Alemanha dirigiu primeiro as suas forças contra o bloco anglo-franco-americano. E quando a Alemanha hitleriana declarou guerra à União Soviética, o bloco anglo-franco-americano não só não se associou à Alemanha hitleriana como, pelo contrário, foi obrigada a coligar-se com a URSS, contra a Alemanha hitleriana.

Por conseguinte, a disputa dos países capitalistas pelos mercados e o desejo de afundar os seus concorrentes revelaram-se na prática mais fortes do que as contradições entre o campo capitalista e o campo socialista.

Pergunta-se: que garantia pode haver de que a Alemanha e o Japão não se reerguerão novamente, que não tentarão escapar ao cativeiro norte-americano e iniciar uma vida autónoma? Penso que não existem tais garantias.

Ora, daqui se infere que a inevitabilidade das guerras entre países capitalistas continua válida.

Dizem que a tese de Lénine de que o imperialismo gera inevitavelmente guerras deve ser considerada ultrapassada, porquanto se desenvolveram na actualidade poderosas forças populares que intervêm em defesa da paz e contra uma nova guerra mundial. Isto é falso.

O movimento actual pela paz tem como objectivo levantar as massas populares para a luta pela preservação da paz e prevenção de uma nova guerra mundial. Por conseguinte, este movimento não persegue o objectivo do derrubamento do capitalismo e a instauração do socialismo, mas limita-se aos objectivos democráticos da luta pela preservação da paz. Neste sentido, o movimento actual pela preservação da paz distingue-se do movimento pela transformação da guerra imperialista em guerra civil, durante o período da I Guerra Mundial, uma vez que este último ia mais longe, perseguindo objectivos socialistas.

É possível que, numa determinada confluência de circunstâncias, a luta pela paz se venha a transformar em algumas partes numa luta pelo socialismo, mas este já não será o movimento actual pela paz, mas um movimento pelo derrubamento do capitalismo.

O mais provável é que o movimento actual pela paz, como movimento pela preservação da paz, em caso de êxito, consiga levar à prevenção de uma *dada* guerra, ao seu adiamento temporário, à preservação temporária de uma *dada* paz, à demissão de um governo belicista e à sua substituição por outro governo, disposto a preservar temporariamente a paz. É claro que isto é bom. Mesmo muito bom. Mas é ainda assim insuficiente para eliminar a inevitabilidade das guerras em geral entre países capitalistas. É insuficiente, uma vez que, com todos os êxitos do movimento em defesa da paz, o imperialismo continua a existir, e, conseqüentemente, mantém-se igualmente válida a inevitabilidade das guerras.

Para eliminar a inevitabilidade das guerras, é preciso aniquilar o imperialismo.

## **7. A questão das leis económicas fundamentais do capitalismo actual e do socialismo**

Como é conhecido, a questão das leis económicas fundamentais do capitalismo e do socialismo foi levantada várias vezes durante a discussão. Foram expressas opiniões diferentes a este respeito, incluindo as mais incríveis.

É verdade que a maioria dos participantes na discussão referiu-se pouco a este assunto, não tendo sido apontada qualquer decisão a este propósito. Contudo, nenhum dos participantes da discussão negou a existência destas leis.

Existirá uma lei económica fundamental do capitalismo? Sim, existe. Que lei é esta, em que consistem os seus traços característicos? A lei económica fundamental do capitalismo é a lei que determina não um qualquer aspecto isolado ou alguns processos isolados do desenvolvimento da produção capitalista, mas todos os aspectos principais e todos os processos principais deste desenvolvimento, conseqüentemente, determina a essência da produção capitalista, a sua substância.

Constituirá a lei do valor a lei económica fundamental do capitalismo? Não. A lei do valor é, antes de mais, a lei da produção mercantil. Ela existia antes do capitalismo e continuará a existir enquanto existir produção mercantil, mesmo depois do derrubamento do capitalismo, por exemplo, no nosso país, embora aqui com uma esfera limitada de acção. Naturalmente que a lei do valor, que tem uma ampla esfera de acção nas condições do capitalismo, desempenha um papel importante no desenvolvimento da produção capitalista, mas não só não determina a essência da produção capitalista e as bases do lucro capitalista, como nem sequer levanta tais problemas. Por isso, não pode ser a lei económica fundamental do capitalismo actual.

Precisamente pelas mesmas razões, nem a lei da concorrência e da anarquia da produção, nem a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes países podem ser a lei económica fundamental do capitalismo.

Dizem que a lei da taxa média do lucro é a lei económica fundamental do capitalismo contemporâneo. Isto é errado. O capitalismo actual, o capitalismo monopolista, não pode contentar-se com o lucro médio, o qual ainda para mais tem tendência para baixar devido ao aumento da composição orgânica do capital. O capitalismo monopolista actual exige, não o lucro médio, mas o lucro máximo, necessário para realizar a reprodução ampliada com maior ou menor regularidade.

Aquela que mais se aproxima do conceito de lei económica fundamental do capitalismo é a lei da mais-valia, a lei da formação e do crescimento do lucro capitalista. Esta lei, efectivamente, predetermina os traços fundamentais da produção capitalista. Mas a lei da mais-valia é uma lei demasiadamente geral, que não se refere aos problemas da taxa máxima de lucro, cuja garantia constitui a condição do desenvolvimento do capital monopolista. Para preencher esta lacuna é preciso tornar mais concreta a lei da mais-valia e desenvolvê-la continuamente, de acordo com as condições do capital monopolista, tendo em conta que este último exige não um lucro qualquer, mas precisamente o lucro máximo. É esta a lei económica fundamental do capitalismo actual.

As principais características e disposições da lei económica fundamental do capitalismo actual poderiam formular-se aproximadamente do seguinte modo: garantia do lucro máximo capitalista por via da exploração, da ruína e da depauperização da maioria da população de um dado país, por via da subjugação e espoliação sistemática dos povos de outros países, particularmente

dos mais atrasados e, finalmente, por via das guerras e da militarização da economia nacional, que são utilizadas para garantir lucros máximos.

Dizem que, apesar de tudo, se poderia considerar que o lucro médio é inteiramente suficiente para o desenvolvimento do capitalismo nas condições actuais. Isto é falso. O lucro médio é o limite inferior da rentabilidade, abaixo do qual a produção capitalista se torna impossível. Mas seria ridículo pensar que os magnatas do capitalismo monopolista actual, apoderando-se de colónias, subjugando os povos e engendrando guerras, não procuram mais do que garantir o lucro médio. Não. Não é o lucro médio, nem o superlucro, o qual, regra geral, representa apenas uma certa majoração do lucro médio, mas precisamente o lucro máximo que constitui o motor do capitalismo monopolista. É justamente a necessidade de obter lucros máximos que impele o capitalismo monopolista a dar passos arriscados, como a subjugação e a espoliação sistemática das colónias e de outros países atrasados, a transformação de muitos países independentes em países dependentes, a organização de novas guerras, que constituem para os patrões do capitalismo actual o melhor «*business*» para a extracção de lucros máximos, e, finalmente, as tentativas de conquistar o domínio económico mundial.

A importância da lei económica fundamental do capitalismo consiste, entre outros, no facto de que, determinando todos os fenómenos mais importantes no domínio do desenvolvimento do modo de produção capitalista, os seus períodos de crescimento e as suas crises, as suas vitórias e derrotas, os seus méritos e insuficiências – todo o processo do seu desenvolvimento contraditório – permite-nos compreendê-los e explicá-los.

Eis aqui um dos múltiplos exemplos «surpreendentes».

Todos conhecem factos da história e da prática do capitalismo que demonstram o desenvolvimento impetuoso da técnica sob o capitalismo, quando os capitalistas se apresentam como porta-estandarte da tecnologia de ponta, como revolucionários no domínio do desenvolvimento das técnicas da produção. Mas também são conhecidos factos de outro género, que demonstram a interrupção do desenvolvimento da técnica sob o capitalismo, quando os capitalistas se tornam reaccionários no domínio do desenvolvimento de novas tecnologias e se voltam, não raramente, para o trabalho manual.

Como se explica esta flagrante contradição? Só pode explicar-se pela lei económica fundamental do capitalismo actual, isto é, pela necessidade de obtenção de lucros máximos. O capitalismo é a favor de técnicas novas quando estas prometem os maiores lucros. O capitalismo é contra técnicas novas e pelo regresso ao trabalho manual quando aquelas já não asseguram os maiores lucros.

Assim são as coisas no que toca à lei económica fundamental do capitalismo actual.

Existirá uma lei económica fundamental do socialismo? Sim, existe. Em que consistem os seus traços característicos e disposições desta lei? Os traços característicos e as disposições da lei económica fundamental do socialismo podem ser formulados, aproximadamente, do seguinte modo: garantia da satisfação máxima das necessidades materiais e culturais sempre crescentes de

toda a sociedade por meio do crescimento ininterrupto e aperfeiçoamento da produção socialista na base de uma técnica superior.

Por conseguinte: em lugar da garantia de lucros máximos, a garantia da satisfação máxima das necessidades materiais e culturais da sociedade; em lugar do desenvolvimento da produção com interrupções, do crescimento à crise e da crise ao crescimento – o crescimento ininterrupto da produção; em lugar das interrupções periódicas no desenvolvimento da técnica, acompanhadas pela destruição das forças produtivas da sociedade – o aperfeiçoamento ininterrupto da produção na base de uma técnica superior.

Diz-se que a lei económica fundamental do socialismo é a lei do desenvolvimento harmonioso, proporcional, da economia nacional. Isto é errado. O desenvolvimento harmonioso da economia nacional e, por conseguinte, a planificação da economia nacional, que são um reflexo mais ou menos fiel desta lei, por si próprios, nada podem dar se o objectivo em nome do qual se realiza o desenvolvimento planificado da economia nacional for ignorado ou não estiver claro. A lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional só pode produzir o devido efeito no caso de existir um objectivo, para cuja concretização se realiza o desenvolvimento planificado da economia nacional. Este objectivo não pode ser estabelecido pela própria lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional. Muito menos o pode ser pela planificação da economia nacional. Este objectivo está contido nas disposições da lei económica fundamental do socialismo atrás referidas. Por isso, a acção da lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional só pode ter livre curso quando apoiada na lei económica fundamental do socialismo.

No que respeita à planificação da economia nacional, esta só pode alcançar resultados positivos se forem observadas duas condições: a) se reflectir correctamente as disposições da lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional; b) se estiverem em plena conformidade com as disposições da lei económica fundamental do socialismo.

## **8. Outras Questões**

### *1) A questão da coacção não económica no feudalismo.*

É certo que a coacção não económica desempenhou o seu papel na consolidação do poder económico dos latifundiários feudais, no entanto ela não foi a base do feudalismo, mas sim a propriedade feudal da terra.

### *2) A questão da propriedade pessoal das famílias kolkhozianas.*

Não seria correcto afirmar no projecto de manual que «*cada família kolkhoziana dispõe em usufruto pessoal de uma vaca, aves e gado miúdo*». Na realidade, como é sabido, a vaca, o gado miúdo, as aves, etc., não são apenas para usufruto pessoal, mas constituem propriedade pessoal da família kolkhoziana. A expressão «*em usufruto pessoal*» foi provavelmente retirada do



Modelo de Estatuto do Artel Agrícola. Mas neste aspecto cometeu-se um erro no Modelo de Estatuto do Artel Agrícola. A Constituição da URSS, elaborada mais cuidadosamente, diz outra coisa, nomeadamente:

*«Cada família kolkhoziana (...) possui como propriedade pessoal uma economia auxiliar num lote de terra, uma moradia, gado produtivo, aves e pequenas alfaias agrícolas.»*

Isto, naturalmente, é correcto.

Mas além disso seria conveniente referir mais detalhadamente que cada kolkhoziano possui como propriedade pessoal um determinado número de vacas, dependendo das condições locais, especificar também a quantidade de ovelhas, cabras e porcos (segundo as condições locais) e uma quantidade ilimitada de aves domésticas (patos, gansos, galinhas, perus).

Estes detalhes têm grande importância para nossos camaradas de outros países, que querem saber exactamente qual é a propriedade pessoal que resta realmente às famílias kolkhozianas, depois de realizada a colectivização da agricultura.

*3) A questão do montante das rendas pagas pelos camponeses aos latifundiários, bem como do montante dispendido com a compra de terras.*

No projecto de manual afirma-se que em consequência da nacionalização da terra *«os camponeses libertaram-se do pagamento de rendas aos latifundiários, num montante de cerca de 500 milhões de rublos por ano»* (é preciso acrescentar que se trata de rublos-ouro). Conviria precisar este número, uma vez que, segundo me parece, não inclui as rendas de toda a Rússia, mas apenas da maioria das suas províncias. Deve-se também ter presente que numa série de regiões fronteiriças da Rússia os arrendamentos eram pagos em géneros, o que, pelos vistos, não foi tido em conta pelos autores do projecto de manual. Além disso, é preciso não esquecer que o campesinato se libertou não só do pagamento da renda, mas também das despesas anuais com a compra da terra. Será que o projecto de manual tem isto em conta? Pareceu-me que não e deveria referi-lo.

*4) A questão da fusão dos monopólios com o aparelho estatal.*

O termo *«fusão»* não é apropriado. Este termo exprime de forma superficial e descritiva a aproximação dos monopólios e do Estado, mas não revela o sentido económico dessa aproximação. A questão é que no processo desta aproximação tem lugar não uma mera fusão, mas uma subordinação do aparelho do Estado aos monopólios. Por isso, a palavra *«fusão»* deveria ser rejeitada e substituída pela expressão *«subordinação do aparelho do Estado aos monopólios»*.

*5) A questão do uso das máquinas na URSS.*

No projecto de manual afirma-se que *«na URSS as máquinas são usadas em todas as situações em que economizam trabalho à sociedade»*. Não é nada disto que se deveria dizer. Primeiro, as máquinas na URSS sempre economizaram trabalho à sociedade, pelo menos não se conhece casos em que,

nas condições da URSS, tal não tivesse sucedido. Segundo, as máquinas não apenas economizam trabalho, mas ao mesmo tempo facilitam o trabalho das pessoas, razão pela qual, nas nossas condições, ao contrário do que se verifica no capitalismo, os operários utilizam as máquinas com grande agrado no processo do trabalho.

Por isso, deveria dizer-se que em parte alguma como na URSS as máquinas são utilizadas com tanto agrado, uma vez que elas economizam trabalho à sociedade e facilitam o trabalho dos operários, e, como não há desemprego na URSS, os operários usam de boa vontade as máquinas na economia nacional.

*6) A questão da situação material da classe operária nos países capitalistas.*

Quando se fala da situação material da classe operária, têm-se habitualmente em vista os operários ocupados na produção e não se leva em conta a situação material do chamado exército de reserva de desempregados. Será justo tratar desta maneira a questão da situação material da classe operária? Creio que não. Se existe um exército de reserva de desempregados, cujos membros não têm outros meios de subsistência além da venda de sua força de trabalho, então os desempregados não podem deixar de ser incluídos no conjunto da classe operária, e nesse caso a sua situação miserável não pode deixar de se reflectir na situação material dos operários ocupados na produção. Penso, por conseguinte, que na caracterização da situação material da classe operária nos países capitalistas se deveria levar em conta também a situação do exército de reserva dos operários desempregados.

*7) A questão do rendimento nacional.*

Penso que se deveria incluir *inquestionavelmente* no projecto de manual um novo capítulo sobre o rendimento nacional.

*8) A questão sobre o capítulo especial do manual dedicado a Lénine e a Stáline como criadores da economia política do socialismo.*

Penso que o capítulo intitulado «*A doutrina marxista do socialismo. A criação da economia política do socialismo por V.I. Lénine e I.V. Stáline*» deve ser retirado do manual. É um capítulo completamente desnecessário porque não acrescenta nada de novo e mais não faz que repetir palidamente o que está dito detalhadamente nos capítulos anteriores do manual.

Relativamente às restantes questões, não tenho quaisquer observações a fazer às «propostas» dos camaradas Ostrovítianov,<sup>6</sup> Leóntiev,<sup>7</sup> Chepílov,<sup>8</sup> Gatovski<sup>9</sup> e outros.

---

<sup>6</sup> **Ostrovítianov**, Konstantine Vassílievitch (1892-1969), economista, titular da cátedra de Economia Política da Faculdade de Economia da Universidade Estatal de Moscovo (1943-53), director do Instituto de Economia da Academia das Ciências da URSS (1947-53), dirigiu publicações periódicas e integrou o colectivo que redigiu o primeiro Manual de Economia Política do Socialismo, publicado em finais de 1954. Recebeu várias condecorações e deixou mais de 300 obras científicas publicadas. (N. Ed.)

## 9. A importância internacional de um manual marxista de economia política

Penso que os camaradas não avaliam toda a importância de um manual marxista de economia política. O manual é necessário não apenas para a nossa juventude soviética. Ele é particularmente necessário para os comunistas de todos os países e para aqueles que simpatizam com os comunistas. Os nossos camaradas estrangeiros querem saber de que modo nos livrámos da escravidão do capitalismo, de que modo transformámos a economia do país no espírito do socialismo, como conquistámos a amizade dos camponeses, como conseguimos transformar o nosso país, ainda recentemente pobre e fraco, num país rico e poderoso, querem saber o que representam os kolkhozes e por que razão, apesar da socialização dos meios de produção, não eliminamos a produção mercantil, o dinheiro, o comércio, etc. Querem saber tudo isto e muitas outras coisas, não por mera curiosidade, mas para aprender connosco e utilizar a nossa experiência nos seus países. Por isso, a publicação de um bom manual marxista de economia política tem não só importância política interna, mas também uma grande importância internacional.

Precisamos, por conseguinte, de um manual que possa servir de livro de cabeceira para a juventude revolucionária, não apenas no nosso país, mas também no estrangeiro. Não deve ser muito volumoso porque um manual demasiado volumoso não pode ser um livro de cabeceira e seria difícil de assimilar e penoso de ler. Mas deve conter tudo o que é fundamental no que se refere à economia do nosso país, assim como à economia do capitalismo e do sistema colonial.

Durante as discussões, alguns camaradas propuseram incluir no manual toda uma série de novos capítulos. Os historiadores propuseram um capítulo sobre

---

<sup>7</sup> **Leóntiev**, Lev Abrámovitch (1901-1974), membro do PCUS desde 1919, economista, membro correspondente da Academia das Ciências da URSS desde 1939, repartiu a sua actividade profissional entre a investigação, a docência e o jornalismo, tendo sido redactor do *Pravda* especializado em temas internacionais. Integrou o colectivo que preparou o primeiro Manual de Economia Política do Socialismo. (N. Ed.)

<sup>8</sup> **Chepílov**, Dmítri Trofímovitch (1905-1995), membro do PCUS desde 1926, do CC (1952-57), secretário do CC (1955-56 e 1957), candidato ao *Presidium* do CC (1956-57) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1956-57). No plenário do CC, de Junho de 1957, foi expulso da direcção do partido por trabalho fraccionário, após ter apoiado a demissão de Khruchov do cargo de secretário-geral. Director e vice-director da Academia das Ciências da Kirguísia (1957-60), acabou por ser colocado nos arquivos centrais do Conselho de Ministros. Em Fevereiro de 1962 é expulso do partido, sendo reintegrado em 1976. Como economista integrou o colectivo que preparou o primeiro Manual de Economia Política do Socialismo. (N. Ed.)

<sup>9</sup> **Gatovski**, Lev Markovitch (1903-1997), membro do PCUS desde 1927, exerceu vários cargos como economista, designadamente na Comissão Estatal de Planificação (*Gosplan*), no Instituto de Economia da Academia das Ciências da URSS, do qual se tornou director em 1965. Integrou o colectivo que preparou o primeiro Manual de Economia Política do Socialismo. (N. Ed.)

história, os políticos, sobre política, os filósofos, sobre filosofia, os economistas, sobre economia. Mas isso faria crescer o manual em proporções incomportáveis, o que naturalmente não se pode permitir. O manual utiliza o método histórico para ilustrar os problemas de economia política, mas isto não significa que devamos transformar o manual de economia política numa história das relações económicas.

Precisamos de um manual com 500 ou 600 páginas no máximo. Será um livro de cabeceira sobre economia política marxista, um bom presente para os jovens comunistas de todos os países.

Aliás, dado o nível insuficiente de formação marxista da maioria dos partidos comunistas estrangeiros, este manual pode ter grande utilidade também para os quadros comunistas mais velhos desses países.

## **10. Formas de melhorar o projecto de manual de economia política**

Durante as discussões, alguns camaradas «demoliram» com zelo excessivo o projecto de manual, censuraram os autores pelos erros e omissões, afirmaram que o projecto era um fracasso. Isto é injusto. Naturalmente que há erros e omissões no manual, como quase sempre acontece numa grande obra. De qualquer maneira, a maioria esmagadora dos participantes na discussão reconheceu que o projecto pode servir de base para o futuro manual e precisa apenas de algumas correcções e complementos. Efectivamente basta compará-lo com os manuais de economia política que circulam para se concluir que este projecto de manual é muito superior aos existentes. Este é o grande mérito dos autores do projecto de manual.

Penso que para melhorar o projecto de manual seria necessário nomear uma comissão pouco numerosa, que incluísse não apenas os seus autores, e não apenas quem partilha a opinião da maioria dos participantes na discussão, mas também os adversários da maioria, os críticos veementes do projecto de manual.

Seria bom igualmente incluir na comissão um estatístico experiente para verificar os números e introduzir no projecto novos dados estatísticos, bem como um jurista experiente para verificar a exactidão das formulações.

Os membros da comissão deveriam ser libertados temporariamente de qualquer outro trabalho, garantindo-se-lhes todas as condições materiais para que possam dedicar-se inteiramente à elaboração do manual.

Além disso, devia-se nomear uma comissão de redacção composta, digamos, por três pessoas, para a redacção final do manual. Isto é também necessário para se conseguir uma uniformização do estilo, que, infelizmente, não existe no projecto. O prazo para a apresentação do manual ao Comité Central é de um ano.

*I. STÁLINE*

1 de Fevereiro de 1952

*Pravda*, 3 de Outubro de 1952

## Resposta ao camarada Aleksandr Ilitch Notkine<sup>10</sup>

Não me apressei a responder-lhe porque não considero urgentes as questões que levanta. Tanto mais que há outras questões de carácter urgente, que, naturalmente, desviam a minha atenção da sua carta.

Respondo-lhe por pontos.

### *Primeiro ponto.*

Nas minhas «Observações» figura a conhecida tese de que a sociedade não é impotente perante as leis da ciência e que as pessoas podem, conhecendo as leis económicas, utilizá-las no interesse da sociedade. Você afirma que esta tese não se aplica a outras formações sociais, que só é válida no socialismo e no comunismo, dado que o carácter espontâneo dos processos económicos, por exemplo, no capitalismo, não permite utilizar as leis económicas no interesse da sociedade.

Isto é errado. Na época da revolução burguesa, por exemplo, na França, a burguesia usou contra o feudalismo a conhecida lei da obrigatoriedade da correspondência entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas, derrubou as relações de produção feudais, criou as novas relações de produção burguesas e fê-las corresponder com o carácter das forças produtivas, criadas no seio do regime feudal. A burguesia fê-lo, não em virtude das suas capacidades particulares, mas porque tinha um profundo interesse nisso. Os feudais resistiram, não em virtude da sua estupidez, mas porque tinham um profundo interesse em impedir a realização desta lei.

O mesmo se deve dizer sobre a revolução socialista no nosso país. A classe operária utilizou a lei da obrigatoriedade da correspondência entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas, derrubou as relações de produção burguesas, criou as novas relações de produção socialistas e fê-las corresponder com o carácter das forças produtivas. A classe operária pôde fazê-lo, não em virtude das suas capacidades particulares, mas porque tinha um profundo interesse nisso. A burguesia que, de força de vanguarda nos alvares da revolução burguesa, já se havia transformado numa força contra-revolucionária, resistiu por todos os meios à materialização desta lei. Resistiu, não em virtude da sua falta de organização, não porque o carácter espontâneo dos processos económicos a impelissessem a resistir, mas, principalmente, porque estava profundamente interessada em impedir a materialização desta lei.

Por conseguinte:

1. A utilização dos processos económicos, das leis económicas, no interesse da sociedade tem lugar, numa ou noutra medida, não apenas no socialismo ou no comunismo, mas também noutras formações sociais.

---

<sup>10</sup> **Notkine**, Aleksandr Ilitch (1901-1982), economista soviético, professor universitário desde 1934, trabalhou no Instituto de Economia da Academia das Ciências da URSS, da qual se torna membro correspondente em 1976. (*N. Ed.*)

2. A utilização das leis económicas numa sociedade de classes tem sempre e em toda a parte um carácter de classe, sendo que o porta-estandarte da utilização das leis económicas no interesse da sociedade é sempre e em toda parte a classe de vanguarda, enquanto as classes em declínio tomam uma posição de resistência.

Neste caso, a diferença entre o proletariado, por um lado, e, por outro, as outras classes, que no decorrer da história realizaram em algum momento revoluções nas relações de produção, consiste no facto de que os interesses da classe proletária se fundem com os interesses da maioria esmagadora da sociedade, uma vez que a revolução do proletariado significa a eliminação, não de uma ou outra forma de exploração, mas a eliminação de toda a exploração, enquanto as revoluções das outras classes, eliminando apenas esta ou aquela forma de exploração, permaneceram no quadro dos seus estreitos interesses de classe, que estavam em contradição com os interesses da maioria da sociedade.

Nas «Observações» fala-se das profundas razões de classe do processo de utilização das leis económicas no interesse da sociedade. Afirma-se que *«Diferentemente das leis das ciências naturais, onde a descoberta e a aplicação de uma nova lei decorrem de forma mais ou menos fluida, no campo da economia, a descoberta e aplicação de uma nova lei, que choque com os interesses das forças caducas da sociedade, enfrentam a maior resistência por parte destas.»* Ora, você não prestou atenção a isto.

*Segundo ponto.*

Você afirma que a total correspondência das relações de produção com o carácter das forças produtivas só pode ser alcançada no socialismo e no comunismo, e que nas outras formações sociais esta correspondência só pode ser parcial.

Isto é errado. No período posterior à revolução burguesa, quando a burguesia destruiu as relações de produção feudais e estabeleceu as relações de produção burguesas, houve indiscutivelmente períodos em que as relações de produção burguesas correspondiam plenamente ao carácter das forças produtivas. Caso contrário, o capitalismo não teria podido desenvolver-se com a rapidez que se verificou após a revolução burguesa.

Mais. A expressão *«correspondência total»* não pode ser entendida na sua acepção absoluta. Não pode ser entendida no sentido de que, supostamente, sob o socialismo não existe nenhum atraso das relações de produção em relação ao incremento das forças produtivas. As forças produtivas são as mais ágeis e revolucionárias da produção. É indiscutível que vão à frente das relações de produção, mesmo no socialismo. Só passado algum tempo, as relações de produção se transformam em conformidade com o carácter das forças produtivas.

Como se deverá então entender a expressão *«correspondência total»*? Deve ser entendida no sentido de que no socialismo, geralmente, as relações de produção e as forças produtivas não chegam a entrar em conflito, e que a sociedade tem a possibilidade de fazer corresponder em tempo útil as relações de produção que se atrasam ao carácter das forças produtivas. A sociedade

socialista tem a possibilidade de o fazer porque não existem no seu seio classes caducas que possam organizar a resistência. É claro que também no socialismo haverá forças de inércia, que se atrasam e não compreendem a necessidade de modificar as relações de produção, mas será certamente fácil superá-las, evitando-se que as coisas cheguem a um conflito.

*Terceiro ponto.*

Infere-se dos seus raciocínios que considera como mercadorias os meios de produção, sobretudo os instrumentos de produção, fabricados pelas nossas empresas nacionalizadas.

Poder-se-á considerar os meios de produção como mercadorias no nosso regime socialista? A meu ver não se pode de modo algum.

A mercadoria é um produto que se vende a qualquer comprador, sendo que ao efectuar-se a venda o vendedor perde o direito de propriedade sobre ela, enquanto o comprador torna-se o proprietário da mercadoria, podendo revendê-la, empenhá-la, estragá-la. Será que os meios de produção se enquadram em tal definição? Claro que não. Em primeiro lugar, os meios de produção não «*se vendem*» a qualquer comprador, não «*se vendem*» nem sequer aos kolkhozes, mas são distribuídos pelo Estado apenas às suas empresas. Em segundo lugar, o detentor dos meios de produção — o Estado — ao entregá-los a esta ou àquela empresa, não perde em nenhuma medida o direito de propriedade sobre esses meios de produção, mas, pelo contrário, conserva-o integralmente. Em terceiro lugar, os directores das empresas que recebem do Estado os meios de produção não se tornam seus proprietários, mas, pelo contrário, tornam-se mandatários do Estado soviético para a utilização desses meios de produção, de acordo com planos fixados pelo Estado.

Como se vê, os meios de produção no nosso regime não podem de modo nenhum ser incluídos na categoria de mercadorias.

Por que razão se fala então do valor dos meios de produção, do seu custo, do seu preço, etc?

Por duas razões.

Em primeiro lugar, porque isso é necessário para o cálculo, para os balanços de contas, para determinar a rentabilidade e os prejuízos das empresas, para o controlo e verificação das empresas. Mas este é apenas o lado formal da questão.

Em segundo lugar, porque isso é necessário no interesse do comércio externo para realizar a venda de meios de produção a outros países. Aqui, no domínio do comércio externo, mas *apenas neste domínio*, os nossos meios de produção são efectivamente mercadorias e são efectivamente vendidos (sem aspas).

Resulta deste modo que, no domínio do comércio externo, os meios de produção fabricados pelas nossas empresas conservam as propriedades de mercadorias, quer formalmente quer na essência, enquanto no domínio da circulação interna, os meios de produção perdem as propriedades de mercadorias, deixam de ser mercadorias e saem da esfera de acção da lei do valor, conservando apenas o invólucro exterior de mercadorias (cálculos, etc.).

Como explicar esta singularidade?

A questão é que, nas nossas condições económicas socialistas, o desenvolvimento económico processa-se, não através de revoluções, mas através de modificações graduais, em que o velho não é pura e simplesmente suprimido, mas muda de natureza para se adaptar ao novo, conservando apenas a sua forma; enquanto o novo não destrói simplesmente o velho, mas penetra neste, modificando-lhe a natureza e as suas funções, não quebrando a sua forma mas utilizando-a para o desenvolvimento do novo. Isto acontece não só com as mercadorias, mas também com o dinheiro na nossa circulação económica, bem como com os bancos que, tendo perdido as suas funções antigas e adquirido novas, conservam sua forma antiga que é utilizada pelo regime socialista.

Se abordarmos a questão do ponto de vista formal, do ponto de vista dos processos que se operam à superfície dos fenómenos, podemos chegar à conclusão errada de que as categorias do capitalismo continuam em vigor na nossa economia. Mas se abordarmos o problema a partir da análise marxista, que faz uma rigorosa distinção entre o conteúdo do processo económico e a sua forma, entre os processos profundos de desenvolvimento e os fenómenos superficiais, então podemos chegar à única conclusão correcta de que, no nosso país, as velhas categorias do capitalismo conservam sobretudo a aparência exterior, mas a sua essência foi radicalmente alterada, em conformidade com as exigências do desenvolvimento da economia socialista.

#### *Quarto ponto.*

Você afirma que a lei do valor exerce uma influência reguladora sobre os preços dos «*meios de produção*» produzidos pela agricultura e entregues ao Estado a preços de produtor. Neste caso, quando fala de «*meios de produção*» está a referir-se a matérias-primas, por exemplo, o algodão. Poderia acrescentar também o linho, a lã e outras matérias-primas agrícolas.

Antes de mais é preciso notar que a agricultura não produz propriamente «*meios de produção*», mas apenas um dos meios de produção: matérias-primas. Não se deve fazer trocadilhos com o termo «*meios de produção*». Quando os marxistas falam da produção de meios de produção, referem-se antes de mais à produção de instrumentos de produção — aquilo a que Marx chama «*os meios mecânicos de trabalho – a cuja totalidade se pode chamar o sistema ósseo e muscular da produção*», que constituem «*marcas características de uma época social de produção*».<sup>11</sup> Colocar no mesmo plano uma parte dos meios de produção (as matérias-primas) e os meios de produção, nomeadamente os instrumentos de produção, significa violar o marxismo, uma vez que o marxismo parte do papel decisivo dos instrumentos de produção em relação a todos os outros meios de produção. Todos sabem que a matéria-prima por si própria não pode produzir instrumentos de produção, apesar de alguns tipos de matérias-primas serem indispensáveis à produção de instrumentos de produção. Em contrapartida nenhuma matéria-prima pode ser produzida sem instrumentos de produção.

---

<sup>11</sup> Karl Marx, *O Capital*, Primeiro Volume, Livro I, Ed. Progresso-Editorial Avante!, Moscovo-Lisboa, 1990., pág. 208. (N. Ed.)



Continuemos. Será que a influência da lei do valor sobre o preço das matérias-primas produzidas na agricultura tem uma acção *reguladora*, como afirma, camarada Notkine? Seria reguladora se no nosso país existisse o «livre» jogo dos preços das matérias-primas agrícolas, se no nosso país funcionasse a lei da concorrência e da anarquia da produção, se não houvesse uma economia planificada e se a produção de matérias-primas não fosse regulada pelo plano. Mas como todos estes «se» estão ausentes no sistema da nossa economia nacional, a acção da lei do valor sobre o preço das matérias-primas agrícolas não pode de modo algum ser reguladora. Em primeiro lugar, porque no nosso país os preços das matérias-primas agrícolas são fixos e estabelecidos pelo plano, e não «livres». Em segundo lugar, o volume da produção de matérias-primas agrícolas não é definido espontaneamente nem por quaisquer elementos ocasionais, mas pelo plano. Em terceiro lugar, os instrumentos de produção, necessários à produção de matérias-primas agrícolas, estão concentrados, não em mãos de indivíduos ou grupos de pessoas, mas nas mãos do Estado. Depois disto, o que é que resta do papel regulador da lei do valor? Conclui-se que a própria lei do valor é regulada pelos factos atrás mencionados, característicos da produção socialista.

Por conseguinte, se não se pode negar que a lei do valor influencia a formação dos preços das matérias-primas agrícolas, que é um dos factores deste processo, também não se pode negar que a sua acção não é nem pode ser reguladora.

#### *Quinto ponto.*

Ao falar nas minhas «Observações» da rentabilidade da economia nacional socialista, contestei alguns camaradas que afirmam que, dado não se atribuir particular preferência às empresas rentáveis e se admitir que ao lado destas existam também empresas não rentáveis, a nossa economia nacional planificada destrói, alegadamente, o princípio da rentabilidade económica. Nas «Observações» afirma-se que a rentabilidade do ponto de vista de empresas ou ramos de produção isolados não tem qualquer comparação com a rentabilidade superior que nos oferece a produção socialista, que nos livra das crises de sobreprodução e nos garante o crescimento ininterrupto da produção.

Mas seria errado concluir daqui que a rentabilidade das empresas e ramos de produção isolados não tem uma importância particular e não mereça que lhe prestemos uma atenção séria. Isso, naturalmente, seria um erro. A rentabilidade das empresas e ramos de produção isolados tem uma enorme importância para o desenvolvimento da nossa produção. Ela deve ser avaliada tanto na planificação da construção, como na planificação da produção. Este é o abecedário da nossa actividade económica na actual etapa de desenvolvimento.

#### *Sexto ponto.*

Não é claro o que diz em relação ao capitalismo: «*produção ampliada de um tipo muito deformado*». Deve dizer-se que tal produção, ainda por cima ampliada, não existe na realidade.

É evidente que mesmo depois de o mercado mundial se ter dividido e ter começado a diminuir a esfera de acesso aos recursos mundiais dos principais

países capitalistas (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França), o carácter cíclico do desenvolvimento do capitalismo — isto é, o crescimento e a contracção da produção — deverá, apesar de tudo, manter-se. No entanto, o crescimento da produção nestes países irá efectuar-se numa base mais estreita, uma vez que o volume da produção nestes países irá diminuir.

*Sétimo ponto*

A crise geral do sistema capitalista mundial começou no período da I Guerra Mundial, particularmente em consequência da União Soviética ter abandonado o sistema capitalista. Esta foi a primeira etapa da crise geral. No período da II Guerra Mundial desenvolveu-se a segunda etapa da crise geral, particularmente depois dos países das democracias populares da Europa e da Ásia terem abandonado o sistema capitalista. A primeira crise, no período da I Guerra Mundial, e a segunda crise, no período da II Guerra Mundial, não devem ser consideradas isoladamente, desligadas uma da outra, como crises autónomas, mas como etapas do desenvolvimento da crise geral do sistema capitalista mundial.

Será esta crise geral do capitalismo mundial apenas política ou apenas económica? Nem uma coisa nem outra. Ela é geral, isto é, uma crise multiforme do sistema capitalista mundial que abarca tanto a economia como a política. Além disso é claro que na base desta crise está, por um lado, a crescente desintegração do sistema económico capitalista mundial, e por outro, o crescente poderio económico dos países que abandonaram o capitalismo: a URSS, a China e os restantes países das democracias populares.

21 de Abril de 1952

*I. STÁLINE*

*Pravda, 3 de Outubro de 1952*

## Sobre os erros do camarada L.D. Iarochenko<sup>12</sup>

Os membros do *Politburo* do CC do PCU(b) receberam recentemente uma carta do camarada Iarochenko, com data de 20 de Março do presente ano, sobre uma série de problemas económicos, que foram debatidos na conhecida discussão de Novembro. Na carta, o camarada Iarochenko queixa-se de que o seu «*ponto de vista não se encontra reflectido*» em nenhum dos principais documentos que sintetizaram a discussão, nem nas «Observações» do camarada Stáline. Na missiva, o camarada Iarochenko propõe que lhe seja dada autorização para redigir, no prazo de um ano ou ano e meio, uma «Economia Política do Socialismo», pedindo que para isso lhe sejam facultados dois assistentes.

Penso que temos de examinar a fundo tanto a queixa do camarada Iarochenko, como a sua proposta. Começemos pela queixa.

Pois bem, em que consiste o «ponto de vista» do camarada Iarochenko, que não foi reflectido em nenhum dos documentos atrás referidos?

### **1. O erro principal do camarada Iarochenko**

Se caracterizarmos em duas palavras o ponto de vista do camarada Iarochenko, então deve-se dizer que não é marxista, por conseguinte, é profundamente erróneo.

O erro principal do camarada Iarochenko consiste no facto de se afastar do marxismo na questão do papel das forças produtivas e das relações de produção no desenvolvimento da sociedade, de exagerar desmesuradamente o papel das forças produtivas, bem como de subestimar desmesuradamente o papel das relações de produção e de arrematar a questão declarando que, no socialismo, as relações de produção fazem parte das forças produtivas.

O camarada Iarochenko reconhece um certo papel às relações de produção sob condições em que se verifiquem «*contradições antagónicas de classe*», uma vez que aqui as relações de produção «*estão em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas*». Mas apenas vê nelas um papel negativo, um factor que bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas, que paralisa o seu desenvolvimento. O camarada Iarochenko não vê quaisquer funções positivas nas relações de produção.

No que respeita ao regime socialista, onde já não existem «*contradições antagónicas de classe*» e onde as relações de produção «*já não estão em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas*», o camarada Iarochenko considera que aqui as relações de produção deixam de ter qualquer

---

<sup>12</sup> **Iarochenko**, Luka Danílovich (1896-1995), membro do partido desde a guerra civil, na qual combateu, era chefe-adjunto de departamento na Comissão Estatal de Planificação (*Gosplan*) quando foi chamado a participar na discussão sobre economia. (*N. Ed.*)

papel autónomo, deixam de ser um factor importante do desenvolvimento e são absorvidas pelas forças produtivas, tal como a parte é absorvida pelo todo. No socialismo, diz o camarada Iarochenko, «*as relações de produção entre as pessoas fazem parte da organização das forças produtivas, como um meio, como um elemento dessa organização*» (ver a carta do camarada Iarochenko ao Politburo do CC).

Neste caso, qual é então a tarefa principal da Economia Política do socialismo? O camarada Iarochenko responde:

«*A tarefa principal da Economia Política do socialismo não consiste, portanto, em estudar as relações de produção entre os indivíduos da sociedade socialista, mas em elaborar e desenvolver a teoria científica da organização das forças produtivas na produção social, a teoria da planificação do desenvolvimento da economia nacional*» (ver o discurso do camarada Iarochenko na reunião plenária da discussão).

É isto que explica em rigor o facto de o camarada Iarochenko não se interessar por questões económicas do regime socialista, como a presença de diversas formas de propriedade na nossa economia, a circulação mercantil, a lei do valor, etc., considerando-as questões secundárias, que apenas suscitam controvérsias escolásticas. O camarada Iarochenko declara expressamente que, na sua Economia Política do Socialismo, «*as controvérsias sobre o papel desta ou daquela categoria da economia política do socialismo — valor, mercadoria, dinheiro, crédito, etc. — que adquirem muitas vezes entre nós um carácter escolástico, são substituídas por judiciosos raciocínios sobre a organização racional das forças produtivas na produção social e a fundamentação científica dessa organização*» (ver discurso do camarada Iarochenko na secção da reunião plenária da discussão).

Temos, portanto, uma economia política sem problemas económicos.

O camarada Iarochenko pensa que é suficiente arranjar uma «*organização racional das forças produtivas*» para passar do socialismo ao comunismo sem dificuldades particulares. Considera que isto tudo quanto basta para a transição ao comunismo. Declara explicitamente que, «*no socialismo, a luta principal pela construção da sociedade comunista resume-se à luta pela organização correcta das forças produtivas e pela sua utilização racional na produção social*» (ver discurso na reunião plenária de discussão).

O camarada Iarochenko proclama solenemente que «*o comunismo é a organização científica superior das forças produtivas na produção social*».

Daqui resulta, pelos vistos, que a essência do regime comunista se esgota na «*organização racional das forças produtivas*».

De tudo isso o camarada Iarochenko tira a conclusão de que não pode haver uma Economia Política única para todas as formações sociais, que devem existir duas economias políticas: uma para as formações sociais pré-socialistas, que tem por objecto o estudo das relações de produção entre as pessoas, e outra para o regime socialista, cujo objecto deverá ser, não o estudo das relações de produção, isto é, das relações económicas, mas o estudo dos problemas da organização racional das forças produtivas.

Este é o ponto de vista do camarada Iarochenko.

Que se poderá dizer sobre este ponto de vista?

Em primeiro lugar, é falso que o papel das relações de produção na história da sociedade se reduza ao papel de travão que paralisa o desenvolvimento das forças produtivas. Quando os marxistas falam do papel de travão das relações de produção, não se referem a todas as relações de produção, mas apenas às relações de produção velhas, que já não correspondem ao crescimento das forças produtivas e, por conseguinte, travam o seu desenvolvimento. Mas para além das relações de produção velhas, existem, como é sabido, relações de produção novas, que substituem as velhas. Poder-se-á dizer, porventura, que o papel das novas relações de produção se reduz ao papel de travão das forças produtivas? Não. Pelo contrário, as novas relações de produção são a força *principal* e decisiva que precisamente determina o desenvolvimento ulterior, aliás, poderoso das forças produtivas, sem as quais as forças produtivas estão condenadas a vegetar, como acontece actualmente nos países capitalistas.

Ninguém pode negar o desenvolvimento colossal das forças produtivas da nossa indústria soviética ao longo dos planos quinquenais. Mas este desenvolvimento não se teria produzido se em Outubro de 1917 não tivéssemos substituído as velhas relações de produção, as relações de produção capitalistas, por novas relações socialistas de produção. Sem esta mudança nas relações de produção, nas relações económicas do nosso país, as nossas forças produtivas vegetariam, tal como vegetam hoje nos países capitalistas.

Ninguém pode negar o colossal desenvolvimento das forças produtivas da nossa agricultura nos últimos 20 a 25 anos. Mas este desenvolvimento não teria tido lugar se nos anos 30 não tivéssemos substituído as velhas relações de produção capitalistas no campo por novas relações de produção, por relações colectivistas de produção. Sem esta mudança na produção, as forças produtivas da nossa agricultura vegetariam, tal como vegetam hoje nos países capitalistas.

Naturalmente que as novas relações de produção não podem permanecer e não permanecem eternamente novas. Começam a envelhecer e a entrar em contradição com o desenvolvimento contínuo das forças produtivas, começam a perder o papel de motor principal e transformam-se num travão das forças produtivas. Então, no lugar dessas relações de produção já envelhecidas, aparecem novas relações de produção, cujo papel consiste em tornarem-se o motor principal do desenvolvimento ulterior das forças produtivas.

Esta particularidade do desenvolvimento das relações de produção, alternando entre o papel de travão das forças produtivas e o papel de motor principal do seu avanço, e entre o papel de motor principal e o papel de travão das forças produtivas, constitui um dos elementos principais da dialéctica materialista marxista. Hoje, todos os estudantes de marxismo sabem isto. Constata-se que o camarada Iarochenko não o sabe.

É falso, em segundo lugar, que o papel autónomo das relações de produção, isto é, das relações económicas, desaparece no socialismo, que as relações de produção são absorvidas pelas forças produtivas e que a produção social no socialismo se resume à organização das forças produtivas. O marxismo considera a produção social como um todo, que tem dois lados indissociáveis: as forças produtivas da sociedade (relações da sociedade com a natureza, em cuja

luta obtém os bens materiais necessários) e as relações de produção (relações das pessoas umas com as outras no processo da produção). Estes são dois lados distintos da produção social, embora indissociavelmente ligados um ao outro. E precisamente por serem lados distintos da produção social, podem exercer uma acção um sobre o outro. Afirmar que um destes lados pode ser absorvido pelo outro, e transformado em sua parte integrante, significa transgredir de modo muito grave o marxismo. Marx diz:

«Na produção os homens não actuam só sobre a natureza mas também uns sobre os outros. Produzem apenas actuando conjuntamente dum modo determinado e trocando as suas actividades umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas ligações e relações sociais uns com os outros, e só no seio destas ligações e relações sociais se efectua a sua acção sobre a natureza, se efectua a produção».<sup>13</sup>

Por conseguinte, a produção social é composta de dois lados que, não obstante estarem indissociavelmente ligados um com o outro, reflectem no entanto dois tipos distintos de relações: as relações das pessoas com a natureza (forças produtivas) e as relações das pessoas umas com as outras no processo da produção (relações de produção). Só a presença de ambos os lados da produção nos dá a produção social, independentemente de se tratar do regime socialista ou de outras formações sociais.

Pelos vistos, o camarada Iarochenko não está inteiramente de acordo com Marx. Considera que esta tese de Marx não é aplicável ao regime socialista. Precisamente por isso reduz o problema da economia política do socialismo à organização racional das forças produtivas, pondo de lado as relações de produção, isto é as relações económicas, e dissociando-as das forças produtivas.

Portanto, em vez de economia política marxista, o camarada Iarochenko propõe-nos algo parecido com a *Ciência Universal da Organização* de Bogdánov.<sup>14</sup>

Deste modo, partindo da ideia justa de que as forças produtivas são as forças mais dinâmicas e revolucionárias da produção, o camarada Iarochenko leva essa ideia ao absurdo, até à negação do papel das relações de produção económicas no socialismo, e em vez de uma produção social plena de vida temos uma

---

<sup>13</sup> Karl Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*, K. Marx e F. Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Progresso, Moscovo – Edições «Avante!», Lisboa, 1982 t. I, p. 161. (N. Ed.)

<sup>14</sup> **Bogdánov**, Aleksandr Aleksándrovitch, verdadeiro apelido Malinóvski, (1873-1928), membro do partido desde 1896, do CC desde 1905, é expulso em 1909. Participou na tradução russa de *O Capital* de K. Marx (1910). Médico, economista e filósofo, desenvolveu a teoria da «ciência universal da organização», que considerava que todas as ciências (humanitárias, biológicas e físicas) estavam interligadas e assentavam em princípios comuns de organização, que era preciso descobrir. Em 1918 torna-se um dos promotores da *Proletkultura*. Em 1926 organiza e dirige o primeiro Instituto Científico de Transfusão de Sangue de todo o mundo, que ainda hoje conserva o nome do seu fundador. Faleceu na sequência de uma experiência científica sobre o seu próprio corpo. (N. Ed.)

tecnologia desvitalizada e unilateral da produção, algo no género da «*técnica da organização social*» de Bukhárine.<sup>15</sup>

Marx afirma:

«*Na produção social da sua vida [isto é, na produção dos bens materiais necessários à vida das pessoas — I. St.] os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social*».<sup>16</sup>

Isto quer dizer que cada formação social, nomeadamente a sociedade socialista, tem a sua base económica que é constituída pelo conjunto das relações de produção entre as pessoas. Coloca-se a questão: o que acontecerá à base económica do regime socialista, segundo o camarada Iarochenko? Como sabemos, o camarada Iarochenko já liquidou as relações de produção no socialismo, enquanto domínio mais ou menos autónomo, integrando o pouco que delas resta na composição da organização das forças produtivas. Pergunta-se então: terá o regime socialista uma base económica própria? É óbvio que se as relações de produção desaparecem no socialismo, como força mais ou menos autónoma, o regime socialista perde a sua base económica.

Por conseguinte, teríamos um regime socialista sem uma base económica, o que é uma história assaz cómica...

Será possível existir uma formação social sem ter uma base económica? Aparentemente, o camarada Iarochenko considera que tal é possível. Porém, o marxismo considera que tais formações sociais não existem à face da Terra.

É falso, por fim, que o comunismo é a organização racional das forças produtivas, que a essência do regime comunista se esgota na organização racional das forças produtivas, que basta organizar racionalmente as forças produtivas para passar ao comunismo sem particulares dificuldades. Na nossa literatura temos outra definição, uma outra fórmula do comunismo, nomeadamente a fórmula de Lénine: «*O comunismo é o Poder Soviético mais a electrificação de todo o país*».<sup>17</sup> Aparentemente, a fórmula de Lénine não agrada

---

<sup>15</sup> **Bukhárine**, Nikolai Ivánovitch (1888-1938), membro do partido desde 1906, do CC (1917-34), candidato (1934-37), do *Politburo* (1924-29), candidato desde 1919. Economista e publicista, liderou os «comunistas de esquerda» após a Revolução de Outubro, opondo-se ao Tratado de Paz de Brest-Litovsk. Protagoniza a partir de 1929 a corrente de direita que se opõe à colectivização e à industrialização acelerada. Expulso do partido em 1937, é detido nesse ano, sendo julgado e condenado a fuzilamento em 1938, no âmbito do processo do «Bloco Trotskista de Direita», que se propunha restabelecer as relações de produção capitalistas na Rússia. (N. Ed.)

<sup>16</sup> Karl Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, Prefácio, K. Marx e F. Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. I, p. 530. (N. Ed.)

<sup>17</sup> VIII Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, «Relatório do Comité Executivo Central de Toda a Rússia e do Conselho de Comissários do Povo sobre Política Interna e Externa»,

ao camarada Iarochenko, e portanto substitui-a pela sua própria fórmula de fabricação caseira: «*O comunismo é a organização científica superior das forças produtivas na produção social*».

Em primeiro lugar, ninguém sabe ao certo o que é essa organização científica superior ou «*racional*» das forças produtivas, que camarada Iarochenko apregoa, qual é o seu conteúdo concreto. O camarada Iarochenko repetiu dezenas de vezes esta fórmula mítica nos seus discursos em plenário, nas secções de debate, na sua carta aos membros do *Politburo*, mas em parte alguma se encontra uma única palavra que procure explicar como se deve entender, em rigor, essa «*organização racional*» das forças produtivas, na qual, supostamente, se esgota a essência do regime comunista.

Em segundo lugar, se porventura temos de escolher entre as duas fórmulas, então deve-se rejeitar, não a fórmula leninista, que constitui a única justa, mas a alegada fórmula do camarada Iarochenko, manifestamente fictícia e não marxista, retirada do arsenal de Bogdánov, da *Ciência Universal da Organização*.

O camarada Iarochenko pensa que basta conseguir uma organização racional das forças produtivas para se obter a abundância de produtos e passar ao comunismo, passar da fórmula «*a cada um segundo o seu trabalho*» à fórmula «*a cada um segundo as suas necessidades*». Este é um grande equívoco que denota uma total incompreensão das leis do desenvolvimento económico do socialismo. O camarada Iarochenko concebe de uma forma demasiado simplista, pueril, as condições da passagem do socialismo ao comunismo. O camarada Iarochenko não compreende que não se pode alcançar a abundância de produtos, capaz de cobrir todas as necessidades da sociedade, nem a passagem à fórmula «*a cada um segundo as suas necessidades*», mantendo realidades económicas como a propriedade grupal kolkhoziana, a circulação mercantil, etc. O camarada Iarochenko não compreende que antes de se passar à fórmula «*a cada um segundo as suas necessidades*» é preciso passar por uma série de etapas de reeducação económica e cultural da sociedade, no decurso das quais o trabalho se transformará aos olhos da sociedade, de meio para apenas garantir a subsistência, em primeira necessidade vital, enquanto a propriedade social se tornará a base inabalável e inviolável da existência da sociedade.

Para preparar a passagem efectiva ao comunismo, e não apenas declarativa, é necessário reunir pelo menos três condições fundamentais:

1. É necessário, em primeiro lugar, assegurar solidamente, não uma mítica «*organização racional*» das forças produtivas, mas o crescimento ininterrupto de toda a produção social, dando prioridade ao crescimento da produção de meios de produção. O crescimento prioritário da produção de meios de produção é necessário não só para garantir os equipamentos às próprias empresas do sector, mas também às empresas de todos os outros ramos da economia nacional, e porque sem o seu crescimento é absolutamente impossível realizar a reprodução ampliada.

---

22 Dezembro de 1920, V.I Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Avante-Ed. Progresso, Lisboa, 1979, t. III, p. 429. (*N. Ed.*).



2. É necessário, em segundo lugar, elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo, por via de transições graduais, com benefício para os kolkhozes e, por conseguinte, para toda a sociedade, devendo-se substituir a circulação mercantil, também por via de transições graduais, por um sistema de troca de produtos, de forma a que o poder central ou qualquer outro centro económico e social possa abarcar o conjunto da produção social, no interesse da sociedade.

O camarada Iarochenko engana-se ao afirmar que no socialismo não existe contradição alguma entre as relações de produção e as forças produtivas da sociedade. É certo que as nossas relações de produção atravessam um período em que correspondem plenamente ao crescimento das forças produtivas e fazem-nas avançar a passos de sete léguas. Mas seria um erro se nos déssemos por satisfeitos e pensássemos que não existem quaisquer contradições entre as nossas forças produtivas e as nossas relações de produção. Há e haverá seguramente contradições, uma vez que o desenvolvimento das relações de produção atrasa-se e continuará a atrasar-se em relação ao desenvolvimento das forças produtivas. Com uma política justa dos órgãos dirigentes, estas contradições não se tornarão antagónicas e não se chegará a um conflito entre as relações de produção e as forças produtivas da sociedade. O caso será diferente se seguirmos uma política errada, do tipo da que é recomendada pelo camarada Iarochenko. Neste caso, o conflito será inevitável e as nossas relações de produção podem tornar-se num travão muito sério ao desenvolvimento contínuo das forças produtivas.

Por isso, a tarefa dos órgãos dirigentes consiste em descortinar em tempo útil as contradições que se formam e tomar oportunamente as medidas necessárias para a sua superação, mediante a adaptação das relações de produção ao crescimento das forças produtivas. Isto diz respeito antes de mais a fenómenos económicos como a propriedade grupal kolkhoziana e a circulação mercantil. É certo que no momento presente estes fenómenos são por nós utilizados com êxito para o desenvolvimento da economia socialista e proporcionam à sociedade um inegável benefício. Sem dúvida que continuarão a proporcionar benefícios no futuro próximo. Mas seria uma imperdoável cegueira não ver que, simultaneamente, estes fenómenos já hoje começam a travar o poderoso desenvolvimento das nossas forças produtivas, uma vez que criam obstáculos à cobertura total da economia nacional, em particular na agricultura, pela planificação estatal. Não pode haver dúvidas de que, quanto mais tempo se mantiverem, maiores serão os entraves que estes fenómenos colocarão ao crescimento contínuo das forças produtivas do nosso país. Por conseguinte, a tarefa consiste em eliminar essas contradições, mediante a transformação gradual da propriedade kolkhoziana em propriedade de todo o povo e a introdução, também de forma gradual, da troca de produtos, em lugar da circulação mercantil.

3. É necessário, em terceiro lugar, alcançar um tal progresso cultural da sociedade, capaz de assegurar a todos os seus membros o desenvolvimento

multilateral das suas capacidades físicas e intelectuais, possibilitando que todos possam receber a formação necessária para que se tornem agentes activos do desenvolvimento da sociedade, para que tenham a possibilidade de escolher livremente uma profissão e não fiquem amarrados para toda a vida a uma qualquer profissão, em consequência da divisão do trabalho existente.

O que será necessário para isso?

Seria erróneo pensar que se pode alcançar um desenvolvimento cultural tão importante dos membros da sociedade sem sérias alterações na situação actual do trabalho. Antes de mais será preciso reduzir a jornada de trabalho pelo menos para seis horas e, depois, para cinco. Isto é necessário para que aos membros da sociedade seja concedido tempo livre suficiente para adquirirem uma instrução multilateral. De seguida será preciso introduzir o ensino politécnico obrigatório, necessário para que os membros da sociedade possam escolher livremente uma profissão e não fiquem amarrados por toda a vida a uma qualquer profissão. Será preciso igualmente melhorar radicalmente as condições de alojamento e elevar o salário real dos operários e empregados no mínimo para o dobro, senão mais, tanto por via do aumento nominal dos salários, como principalmente por via da redução contínua e sistemática dos preços nos produtos de consumo dos artigos de consumo geral.

Estas são as principais condições da preparação para a passagem ao comunismo.

Só depois de cumpridas *todas* estas condições prévias, tomadas no seu conjunto, se poderá esperar que o trabalho deixe de ser um fardo para os membros da sociedade e se transforme na «*primeira necessidade vital*»<sup>18</sup> (Marx), «*deixando assim de ser uma carga para se converter numa satisfação*»<sup>19</sup> (Engels), que a propriedade social seja valorizada por todos os membros da sociedade como base inabalável e inviolável da existência da sociedade.

Só depois de cumpridas *todas estas* condições prévias, tomadas no seu conjunto, se poderá passar da fórmula socialista «*de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho*», à fórmula comunista «*de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades*».

Isto será uma passagem radical de uma economia, da economia do socialismo, para outra economia superior, a economia do comunismo.

Como se vê, a questão da passagem do socialismo ao comunismo não é assim tão simples como o camarada Iarochenko imagina.

Procurar reduzir uma questão tão complexa e multiforme, que exige as mais sérias mudanças económicas, à «*organização racional das forças produtivas*», como faz o camarada Iarochenko, significa substituir o marxismo pelo bogdanovismo.

---

<sup>18</sup> Karl Marx, «Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão», K. Marx e F. Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. cit., t. III, p. 17. (N. Ed.)

<sup>19</sup> Friederich Engels, *Anti-Dühring*, ed. cit., pág. 360. (N. Ed.)

## **2. Outros erros do camarada Iarochenko**

1. Partindo do seu ponto de vista erróneo, o camarada Iarochenko tira conclusões erróneas sobre o carácter e o objecto da economia política.

O camarada Iarochenko nega a necessidade de uma economia política única para todas as formações sociais, baseando-se no facto de que cada formação social tem as suas leis económicas específicas. Todavia está completamente errado e neste aspecto diverge com tais marxistas como Engels e Lénine.

Engels diz que a economia política é a «*ciência das condições e das formas em que as diversas sociedades humanas têm produzido, trocado e distribuído os produtos de forma correspondente*». <sup>20</sup> Portanto, a economia política estuda as leis do desenvolvimento económico, não de uma qualquer formação social, mas das diversas formações sociais.

Lénine, como é sabido, está plenamente de acordo com isto, tendo afirmado, nas suas observações críticas a propósito do livro de Bukhárine, *A Economia do Período de Transição*, que este não tinha razão ao limitar a esfera de acção da economia política à produção mercantil e, antes de mais, à produção capitalista, notando, aliás, que Bukhárine dava aqui «*um passo atrás em relação a Engels*».

Em total conformidade com isto está a definição de economia política dada no projecto de manual, onde se diz que a economia política é a ciência que estuda «*as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nas diversas fases do desenvolvimento da sociedade humana*».

Isto é compreensível. As diversas formações sociais no seu desenvolvimento económico obedecem não apenas às suas leis económicas específicas, mas também às leis económicas comuns a todas as formações, por exemplo, leis como a da unidade das forças produtivas e das relações de produção numa produção social única ou a lei das relações entre as forças produtivas e as relações de produção no processo de desenvolvimento de todas as formações sociais. Em consequência, as formações sociais não só não estão separadas umas das outras pelas suas leis específicas, como estão ligadas umas às outras também por leis económicas comuns a todas elas.

Engels estava totalmente certo quando afirmou:

«*Para realizar completamente esta crítica da economia burguesa, não basta conhecer as formas capitalistas de produção, troca e distribuição; é igualmente, preciso compreendê-la, pelo menos a traços largos, mediante o estudo e a comparação das formas que precederam a forma capitalista, ou que subsistem ainda hoje ao mesmo tempo que ela, em países menos adiantados na evolução.*» <sup>21</sup>

É patente que nesta questão o camarada Iarochenko se aproxima de Bukhárine.

---

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 187. (N. Ed.)

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p. 188. (N. Ed.)

Prossigamos. O camarada Iarochenko afirma que, na sua «Economia Política do Socialismo», «*as categorias da economia política — valor, mercadoria, dinheiro, crédito, etc. — são substituídas por judiciosos raciocínios sobre a organização racional das forças produtivas na produção social*», que, em consequência, o objecto desta economia política não são as relações de produção do socialismo, mas «*a elaboração e desenvolvimento da teoria científica da organização das forças produtivas, da teoria da planificação da economia nacional, etc.*», que no socialismo as relações de produção perdem a importância autónoma e são absorvidas pelas forças produtivas como sua parte integrante.

Deve-se dizer que uma algaraviada tão disparatada ainda não tinha sido produzida entre nós pelo mais tresloucado dos «*marxistas*». Com efeito, que economia política do socialismo é essa sem problemas económicos, sem problemas da produção? Acaso poderá existir semelhante economia política? Que significa substituir os problemas económicos pelos problemas da organização das forças produtivas na economia política do socialismo? Isto significa a liquidação da economia política do socialismo. E é precisamente isso que o camarada Iarochenko faz — liquida a economia política do socialismo. Neste aspecto identifica-se plenamente com Bukhárine. Bukhárine *diz* que com a eliminação do capitalismo devia ser eliminada a economia política. O camarada Iarochenko não o afirma, mas *fá-lo*, liquidando a economia política do socialismo. É verdade que o camarada Iarochenko aparenta não estar plenamente de acordo com Bukhárine, mas tal não passa de um artifício, além do mais, um artifício barato. Na realidade faz o que Bukhárine professava e que foi combatido por Lénine. O camarada Iarochenko segue os passos de Bukhárine.

Mais. O camarada Iarochenko reduz os problemas da economia política do socialismo aos problemas da organização racional das forças produtivas, aos problemas da planificação da economia nacional, etc. Mas está profundamente equivocado. Os problemas da organização racional das forças produtivas, da planificação da economia nacional, etc., não são objecto da economia política, mas da política económica dos organismos dirigentes. Trata-se de dois domínios distintos que não se podem misturar. O camarada Iarochenko confundiu estas duas coisas distintas e caiu num grande embaraço. A economia política estuda as leis do desenvolvimento das relações de produção entre as pessoas. A política económica tira daqui conclusões práticas, concretiza-as e assenta nelas o seu trabalho quotidiano. Sobrecarregar a economia política com problemas da política económica significa arruiná-la como ciência.

As relações de produção económicas entre as pessoas são o objecto da economia política. Incluem-se aqui: a) as formas de propriedade dos meios de produção; b) a situação na produção dos diversos grupos sociais e as suas relações mútuas, decorrentes destas formas, ou, como disse Marx, «*a troca mútua da sua actividade*»; c) as formas de distribuição dos produtos que dependem inteiramente das relações anteriores. Tudo isto em conjunto constitui o objecto da economia política.

Nesta definição está ausente a palavra «troca» que figura na definição de Engels. Isto porque a palavra «troca» é habitualmente compreendida como troca de mercadorias, que não está presente em todas as formações sociais mas apenas em algumas delas, o que às vezes origina confusões, embora Engels compreendesse por «troca» não apenas a troca mercantil. Contudo, como se constata, aquilo que Engels entendia por «troca» está contido como parte integrante da referida definição. Por conseguinte, pelo seu conteúdo, esta definição do objecto da Economia Política coincide plenamente com a definição de Engels.

2. Quando se fala da lei económica fundamental de tal ou qual formação social pressupõe-se habitualmente que esta última não pode ter várias leis económicas fundamentais, mas só pode ter uma lei económica fundamental, precisamente porque é lei *fundamental*. Caso contrário teríamos várias leis económicas fundamentais para cada formação social, o que contradiz o próprio conceito de lei fundamental. Todavia, o camarada Iarochenko não está de acordo com isto. Considera que se pode ter, não uma lei económica fundamental do socialismo, mas várias leis económicas fundamentais. É incrível, mas é um facto. Nos seus discursos no plenário da discussão, afirmou:

*«A grandeza dos fundos materiais da produção e da reprodução social e a relação entre eles são determinados pela existência e as perspectivas de crescimento da força de trabalho envolvida na produção social. Esta é a lei económica fundamental da sociedade socialista que condiciona a estrutura da produção e da reprodução social no socialismo».*

Esta é a primeira lei económica fundamental do socialismo.

No mesmo discurso, o camarada Iarochenko declara:

*«Na sociedade socialista a relação entre as secções I e II está condicionada pela necessidade de produzir meios de produção nas quantidades necessárias, de modo a envolver na produção social toda a população activa. Esta é a lei económica fundamental do socialismo e, ao mesmo tempo, uma disposição da nossa Constituição, que assenta no direito dos cidadãos soviéticos ao trabalho.»*

Esta é, digamos, a segunda lei económica fundamental do socialismo.

Finalmente, na sua carta aos membros do *Politburo* o camarada Iarochenko declara:

*«Partindo disto, as características e as disposições essenciais da lei económica fundamental do socialismo podem, a meu ver, formular-se aproximadamente do seguinte modo: crescimento ininterrupto e aperfeiçoamento da produção de condições de vida materiais e culturais da sociedade».*

Esta já é a terceira lei económica fundamental do socialismo.

Serão todas leis económicas fundamentais do socialismo ou apenas uma, e se só uma o é, qual delas precisamente? Na sua última carta aos membros do *Politburo*, o camarada Iarochenko não dá resposta a estas perguntas. Ao formular a lei económica fundamental do socialismo «*esqueceu-se*», supomos nós, de que, há três meses, no seu discurso no plenário da discussão já havia formulado duas outras leis económicas fundamentais do socialismo, pensando,

aparentemente, que ninguém repararia nesta esperteza mais que duvidosa. Mas, como vemos, seus cálculos falharam.

Admitamos que foram anuladas as suas duas primeiras leis económicas fundamentais do socialismo e que a partir de agora o camarada Iarochenko considera a sua terceira fórmula, exposta na carta aos membros do *Politburo*, como lei económica fundamental do socialismo. Vejamos a carta do camarada Iarochenko.

O camarada Iarochenko diz nesta carta que não está de acordo com a definição da lei económica fundamental do socialismo, exposta nas «Observações» do camarada Stáline. Afirma: «*O principal nesta definição é "assegurar a satisfação máxima (...) das necessidades de toda a sociedade". A produção é apresentada aqui como meio para a consecução dessa finalidade principal: a satisfação das necessidades. Tal definição permite supor que a lei económica fundamental do socialismo por Vós formulada não parte do primado da produção, mas do primado do consumo.*»

É claro que o camarada Iarochenko não compreendeu absolutamente nada da essência do problema e não entende que conjecturas sobre o primado da produção ou do consumo nada têm a ver com o assunto. Quando se fala do primado destes ou daqueles processos sociais em relação a outros, habitualmente parte-se do princípio de que ambos os processos são mais ou menos similares. Pode-se e deve-se falar do primado da produção de meios de produção sobre a produção de meios de consumo, já que em ambos os casos se trata da produção, por conseguinte são processos mais ou menos similares. Mas não se pode falar, seria errado fazê-lo, do primado do consumo sobre a produção ou do primado da produção sobre o consumo, já que a produção e o consumo, sendo certo que estão relacionados entre si, são ainda assim duas esferas distintas.

Pelos vistos, o camarada Iarochenko não compreende que não se trata aqui do primado do consumo ou da produção, mas do *objectivo* que a sociedade coloca à produção social, da *tarefa* a que subordina a produção social, designadamente no socialismo. No mesmo sentido, a afirmação do camarada Iarochenko de que «*a produção é o fundamento da vida da sociedade socialista, como em qualquer outra sociedade*», também nada tem a ver com o assunto. O camarada Iarochenko esquece que as pessoas não produzem para produzir, mas para satisfazer suas necessidades. Esquece que a produção desligada da satisfação das necessidades da sociedade declina e desaparece.

Poder-se-á, em geral, falar dos *objectivos* da produção capitalista ou socialista, dos *objectivos* aos quais se subordina a produção capitalista ou socialista? Creio que se pode e deve.

Marx afirma:

«*O objectivo imediato da produção capitalista não é a produção de mercadorias, mas da mais-valia ou do lucro na sua forma desenvolvida; não do produto, mas do sobreproduto. Deste ponto de vista, o próprio trabalho só é produtivo enquanto cria lucro ou sobreproduto para o capital. Se o operário não o cria, o seu trabalho é improdutivo. A massa de trabalho produtivo empregado, por conseguinte, apenas interessa ao capital na medida em que,*

*graças a ela — ou em correspondência com ela — cresce a quantidade de sobretrabalho; apenas na medida em que é necessário, o que chamamos tempo de trabalho necessário. Se o trabalho não dá esse resultado é supérfluo e deve ser suspenso.*

*O objectivo da produção capitalista consiste sempre em criar o máximo de mais-valia ou o máximo de sobreproduto com o mínimo de capital avançado; se este resultado não é alcançado através do trabalho excessivo dos operários, surge a tendência de o capital produzir um determinado produto com o menor custo possível, de economizar força de trabalho e custos (...).*

*Os próprios operários apresentam-se, segundo este entendimento, como realmente são na produção capitalista: apenas meios de produção e não um fim em si nem o fim da produção».<sup>22</sup>*

Estas palavras de Marx são notáveis não apenas no sentido em que definem de modo conciso e preciso o objectivo da produção capitalista, mas também porque indicam o objectivo fundamental, a tarefa principal, que deve ser colocada à produção socialista.

Por conseguinte, o objectivo da produção capitalista é a obtenção de lucros. No que respeita ao consumo, este só é necessário ao capitalismo na medida em que assegura o objectivo da extracção do lucro. Fora disto, a questão do consumo não faz sentido para o capitalismo. A pessoa humana com as suas necessidades desaparece do campo de visão.

Qual será, pois, o objectivo da produção socialista, qual será essa tarefa principal, a cujo cumprimento se deve subordinar a produção social no socialismo?

O objectivo da produção socialista não é o lucro, mas a pessoa humana com as suas necessidades, isto é, a satisfação das suas necessidades materiais e culturais. O objectivo da produção socialista é, como se afirma nas «Observações» do camarada Stáline, a «*garantia da satisfação máxima das necessidades materiais e culturais sempre crescentes de toda a sociedade*».

O camarada Iarochenko pensa que se trata aqui do «*primado*» do consumo sobre a produção. Isto é naturalmente irreflectido. Na realidade, do que aqui se trata é, não do primado do consumo, mas da *subordinação* da produção socialista ao seu objectivo principal de garantir a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais sempre crescentes de toda a sociedade.

Consequentemente, a garantia da satisfação máxima das necessidades materiais e culturais sempre crescentes de toda a sociedade constitui o *objectivo* da produção socialista; o crescimento ininterrupto e aperfeiçoamento da produção socialista na base de uma técnica superior constituem o *meio* para o alcance desse objectivo.

É esta a lei económica fundamental do socialismo.

Procurando manter o chamado «*primado*» da produção sobre o consumo, o camarada Iarochenko afirma que «*a lei económica fundamental do socialismo*» consiste «*no crescimento ininterrupto e no aperfeiçoamento da produção das*

---

<sup>22</sup> *A Teoria da Mais-Valia*, tomo II, parte II, K. Marx e F. Engels, *Obras* (em russo), segunda edição, Moscovo, 1963, Tomo 26-2, pp. 607-608. (N. Ed.)

*condições materiais e culturais da sociedade*». Isto é inteiramente errado. O camarada Iarochenko deturpa de modo grosseiro e arruína a fórmula exposta nas «Observações» do camarada Stáline. Para ele a produção deixa de ser um meio e transforma-se no objectivo, e a garantia da satisfação máxima das necessidades materiais e culturais sempre crescentes da sociedade é excluída. Como resultado temos o crescimento da produção pelo crescimento da produção, a produção como um fim em si mesmo, enquanto a pessoa humana e as suas necessidades desaparecem do campo de visão do camarada Iarochenko.

Não é surpreendente por isso que, com o desaparecimento da pessoa humana enquanto objectivo da produção socialista, desapareçam das «concepções» do camarada Iarochenko os últimos vestígios de marxismo.

Desta forma, segundo o camarada Iarochenko, chega-se, não ao «primado» da produção sobre o consumo, mas a uma espécie de «primado» da ideologia burguesa sobre a ideologia marxista.

3. A questão da teoria marxista da reprodução coloca-se de um modo particular. O camarada Iarochenko afirma que a teoria marxista da reprodução é unicamente a teoria da reprodução capitalista, que não tem nenhum elemento que possa ser válido para as outras formações sociais, nomeadamente para a formação socialista. Afirma:

*«A transposição da reprodução de Marx, desenvolvida para a economia capitalista, para a produção social socialista é um produto da interpretação dogmática da doutrina de Marx e contradiz a essência da sua doutrina»*. (Ver discurso do camarada Iarochenko na reunião plenária da discussão).

Afirma, a seguir, que *«o esquema da reprodução de Marx não corresponde às leis económicas da sociedade socialista e não pode ser a base para o estudo da reprodução socialista»*. (Idem, ibidem).

Referindo-se à teoria marxista da reprodução simples, na qual se estabelece uma determinada correlação entre a produção dos meios de produção (Sector I) e a produção dos meios de consumo (Sector II), o camarada Iarochenko diz:

*«Na sociedade socialista, a correlação entre o primeiro e o segundo sectores não está condicionada pela fórmula de Marx  $V+M$  do primeiro sector e  $C^{23}$  do segundo. Nas condições do socialismo, a referida interligação entre o primeiro e o segundo sectores não deve ter lugar»*. (Idem, ibidem)

Afirma ainda que *«a teoria de Marx sobre a correlação entre o primeiro e segundo sectores é inaceitável nas nossas condições socialistas, uma vez que na base desta teoria está a economia capitalista com as suas leis»*. (Ver a carta do camarada Iarochenko aos membros do *Politburo*).

E é assim que o camarada Iarochenko desfaz a teoria marxista da reprodução.

É certo que a teoria marxista da reprodução, desenvolvida na sequência do estudo das leis da produção capitalista, reflecte a especificidade da produção capitalista e está expressa na forma das relações de valor da produção mercantil capitalista. Nem podia ser de outro modo. Mas ver apenas a forma na teoria marxista da reprodução e não perceber a sua base, não perceber o seu conteúdo

---

<sup>23</sup> V = capital variável, M = mais-valia; C = capital constante. (N. Ed.)



fundamental, que é válido não só para a formação social capitalista, significa que não se compreendeu coisa alguma desta teoria. Se o camarada Iarochenko percebesse alguma coisa do assunto, compreenderia a verdade evidente de que os esquemas marxistas da reprodução não se limitam de modo algum a reflectir a especificidade da produção capitalista, mas que contêm também uma série de teses fundamentais da reprodução que são válidas em todas as formações sociais, nomeadamente na formação socialista. Estas teses fundamentais da teoria marxista da reprodução são, designadamente, a tese da divisão da produção social em produção de meios de produção e produção de meios de consumo; a tese do crescimento prioritário da produção de meios de produção na reprodução ampliada; a tese da correlação entre os sectores I e II; a tese do sobreproduto como única fonte de acumulação; a tese da formação e consignação dos fundos sociais; a tese da acumulação como única fonte da reprodução ampliada. Todas estas teses fundamentais da teoria marxista da reprodução são válidas não só para a formação capitalista. Nenhuma sociedade socialista pode prescindir de as aplicar na planificação da economia nacional. É significativo que o próprio camarada Iarochenko, que escarnece com tanta arrogância dos «*esquemas da reprodução*» de Marx, se veja obrigado a socorrer-se amiúde destes «*esquemas*» na discussão dos problemas da reprodução socialista.

E como Lénine e Marx viam esta questão?

Todos conhecem as observações críticas de Lénine ao livro de Bukhárine *A Economia do Período de Transição*.

Nestas observações, como é sabido, Lénine reconheceu que a fórmula de Marx sobre a correlação entre o primeiro e o segundo sectores, contra a qual se levanta o camarada Iarochenko, permanece válida tanto para o socialismo como para o «*comunismo puro*», isto é, a segunda fase do comunismo.

No que respeita a Marx, é sabido que não gostava de se desviar do estudo das leis da produção capitalista e, no seu *O Capital*, não se ocupou da questão da aplicação ao socialismo dos seus esquemas da reprodução. Todavia, no 20.º capítulo do Segundo Livro de *O Capital*, no subtítulo VI, intitulado «O capital constante do sector I», onde trata da troca de produtos dentro do Sector I, Marx observa quase de passagem que a troca de produtos neste sector ocorreria no socialismo com uma constância igual à da produção capitalista. Marx afirma:

*«Se a produção fosse social, em vez de capitalista, é claro que estes produtos do sector I não voltariam a ser menos constantemente repartidos como meios de produção, para efeitos de reprodução, entre os ramos da produção deste sector; uma parte permaneceria directamente na esfera da produção de onde como produto proveio, uma outra parte, pelo contrário, seria afastada para outros sítios da produção e, assim, teria lugar um constante vaivém entre os diversos sítios de produção deste sector».*<sup>24</sup>

Por conseguinte, Marx não considerava de todo que a sua teoria da reprodução fosse válida apenas para a produção capitalista, apesar de estar

---

<sup>24</sup> Karl Marx, *O Capital*, Livro Segundo, Tomo V, Editorial «Avante!», Lisboa 2009, p. 453. (N. Ed.)

ocupado com o estudo das leis da produção capitalista. Pelo contrário, como se vê, partia do princípio de que a sua teoria da reprodução podia ser válida também para a produção socialista.

Deve-se notar que Marx, na *Crítica do Programa de Gotha*, ao analisar a economia do socialismo e do período de transição para o comunismo, parte das teses fundamentais da sua teoria da reprodução, considerando-as manifestamente obrigatórias no regime comunista.

Deve-se observar também que Engels, no seu *Anti-Dühring*, ao criticar o «sistema socialitário» de Dühring e ao caracterizar a economia do regime socialista, baseia-se igualmente nas teses fundamentais da teoria da reprodução de Marx, considerando-as obrigatórias para o regime socialista.

São estes os factos.

Resulta que, também aqui, na questão da reprodução, o camarada Iarochenko, apesar do tom desenvolto com que fala dos «esquemas» de Marx, voltou a ficar encalhado.

4. O camarada Iarochenko termina a sua carta aos membros do *Politburo* com a proposta de que lhe seja confiada a elaboração da «Economia Política do Socialismo». Escreve:

*«Partindo da definição por mim exposta na sessão plenária, na secção e na presente carta, do objecto da ciência da economia política do socialismo e utilizando o método dialéctico marxista, posso desenvolver, no prazo de um ano, ano e meio no máximo, com a ajuda de duas pessoas, as soluções teóricas dos problemas fundamentais da economia política do socialismo, formular a teoria marxista, leninista-stalinista da economia política do socialismo, teoria que tornará esta ciência numa autêntica arma na luta do povo pelo comunismo».*

Não se pode deixar de reconhecer que o camarada Iarochenko não sofre de modéstia. Aliás, para usar o estilo de alguns literatos, poderíamos dizer: «*Muito pelo contrário*».

Já referimos atrás que o camarada Iarochenko mistura a economia política do socialismo com a política económica dos órgãos dirigentes. Aquilo que ele considera ser o objecto da economia política do socialismo — a organização racional das forças produtivas, a planificação da economia nacional, a formação do fundo social, etc. — constitui o objecto, não da economia política do socialismo, mas da política económica dos organismos dirigentes.

E isto já sem falar da circunstância de que os graves erros do camarada Iarochenko e o seu «ponto de vista» não marxista não são propensos a que lhe seja dada uma tal incumbência.

\*\*\*

Conclusões:

1. A queixa do camarada Iarochenko a respeito dos dirigentes da discussão é desprovida de sentido, uma vez que os dirigentes da discussão, enquanto marxistas, não podiam reflectir nos documentos que sintetizaram a discussão o «*ponto de vista*» não marxista do camarada Iarochenko;

2. O pedido do camarada Iarochenko para que lhe seja confiada a redacção da Economia Política do Socialismo não pode ser levado a sério, mais que não seja porque tresanda a Khlestákov.<sup>25</sup>

*I. STÁLINE*

22 de Maio de 1952

*Pravda*, 4 de Outubro de 1952

---

<sup>25</sup> Khlestákov é a personagem principal da peça de Gogol, *O Revisor*. (N. Ed.)

## Resposta aos camaradas A.V. Sanina e V.G. Venjer<sup>26</sup>

Recebi as vossas cartas. É notório que os autores destas cartas estudam profunda e seriamente os problemas económicos do nosso país. As cartas contêm bastantes formulações justas e considerações interessantes. Contudo, a par disto, também existem alguns erros teóricos graves. Na presente resposta deter-me-ei precisamente nestes erros.

### 1. A questão do carácter das leis económicas do socialismo

Os camaradas Sanina e Venjer afirmam que é «apenas graças à actividade consciente dos cidadãos soviéticos ocupados na produção material que se impõem as leis económicas do socialismo». Esta tese é completamente errada.

Terão as leis do desenvolvimento económico uma existência objectiva, fora de nós, independente da vontade e da consciência das pessoas? O marxismo responde positivamente a esta questão. O marxismo considera que as leis da economia política são o reflexo no cérebro humano das leis objectivas que existem fora de nós. Todavia, a fórmula dos camaradas Sanina e Venjer responde a esta questão negativamente. Isto quer dizer que estes camaradas se colocam no ponto de vista de uma teoria errada, segundo a qual as leis do desenvolvimento económico no socialismo «são criadas» e «transformadas» pelos órgãos dirigentes da sociedade. Por outras palavras, estes camaradas rompem com o marxismo e enveredam pela via do idealismo subjectivo.

Sem dúvida que as pessoas podem descobrir e conhecer estas leis objectivas, e, baseando-se nelas, utilizá-las no interesse da sociedade. Mas não podem «criá-las» nem «transformá-las».

Suponhamos que nos colocamos por um instante no ponto de vista da teoria errada que nega a existência no socialismo de leis objectivas na vida económica e proclama a possibilidade de «criar» leis económicas, de «transformar» as leis económicas. A que nos conduziria isto? Isto conduzir-nos-ia ao reino do caos e das casualidades, cairíamos na dependência servil destas casualidades, e

---

<sup>26</sup> **Venjer**, Vladímir Grigórievitch (1899-1991), antigo anarquista, participa na Revolução de Outubro em Moscovo e adere ao partido em 1919. Trabalha como funcionário político em várias secções das frentes durante a guerra civil. Ocupa cargos de direcção em diversas organizações do partido em diferentes regiões da URSS. Foi chefe da secção política de uma *MTS* (1922-34) e director de um *sovkhoz* (1936-38), destacando-se como partidário e teórico do socialismo cooperativista (em oposição à propriedade estatal), corrente popularizada pelos socialistas-revolucionários, entre finais do século XIX e inícios do século XX. Em 1939 é admitido no Instituto de Economia da Academia das Ciências da URSS como colaborador científico, estatuto que conserva até ao fim da vida. Tornou-se conhecido após a resposta de Stáline à carta que assina com a sua mulher Aleksandra Vassílievna Sanina (docente na Universidade Estatal de Moscovo), incluída na brochura *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*. Publicou várias obras sobre economia entre 1949 e 1990. (N. Ed.)

ficaríamos privados da possibilidade, já não de compreender, mas simplesmente de nos orientarmos neste caos de casualidades.

Isto levar-nos-ia a liquidar a economia política enquanto ciência, uma vez que a ciência não pode existir e desenvolver-se sem o reconhecimento das leis objectivas, sem o estudo destas leis. Liquidando a ciência, perderíamos a possibilidade de prever o curso dos acontecimentos na vida económica do país, ou seja, perderíamos a possibilidade de organizar qualquer direcção da economia por mais elementar que fosse.

Ao fim e ao cabo ficaríamos sob o domínio do arbítrio de «economistas» aventureiros, dispostos a «eliminar» as leis do desenvolvimento económico e a «criar» novas leis, sem compreenderem nem levando em conta as leis objectivas.

Todos conhecem a formulação clássica da posição marxista sobre esta questão, exposta por Engels no seu *Anti-Dühring*:

*«As forças activas actuam na sociedade exactamente como as forças naturais, cegas, violentas e destruidoras enquanto as desconhecemos e não contamos com elas; mas, uma vez que as conhecemos, quando compreendemos a sua actividade, a sua direcção, e os seus efeitos, não depende senão de nós submetê-las, cada vez mais, à nossa vontade e conseguir os nossos fins graças a elas. E isto é verdade, em particular no que respeita às potentes forças produtoras de hoje. Enquanto obstinadamente recusamos compreender a sua natureza e o seu carácter (o modo de produção capitalista e os seus defensores opõem-se a essa compreensão), essas forças actuam, quer queiramos quer não, contra nós, e dominam-nos, como mostrámos detalhadamente. Mas, uma vez compreendida a sua natureza, podem transformar-se, nas mãos dos produtores associados, e transformar-se de donas despóticas em servas dóceis. Assim é a diferença entre o poder destruidor da electricidade no raio e a electricidade domada no telégrafo e o arco voltaico, assim é a diferença entre o incêndio e o fogo posto ao serviço do homem. Assim se tratarão as forças produtivas actuais conforme a sua natureza por fim reconhecida; à anarquia social da produção seguir-se-á a sua regulamentação social sistemática em função, tanto das necessidades da colectividade, como de cada indivíduo em particular; a forma de apropriação capitalista em que o produto domina, primeiro, o produtor e, depois, o que se apropria do produto, será substituída por uma forma de apropriação dos produtos solidamente fundada na natureza dos bens modernos de produção: de um lado, apropriação social directa como meio de manter e desenvolver a produção e, de outro lado, a apropriação individual directa como meio de vida e bem-estar».*<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Friederich Engels, *Anti-Dühring*, ed. cit., p. 343. (N. Ed.)

## **2. A questão das medidas para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo**

Que medidas serão necessárias para elevar a propriedade kolkhoziana, que não é, naturalmente, propriedade de todo o povo, ao nível da propriedade de todo o povo («nacional»)?

Alguns camaradas pensam que basta simplesmente nacionalizar a propriedade kolkhoziana, declarando-a propriedade de todo o povo, como foi feito, em seu tempo, com a propriedade capitalista. Esta proposta é totalmente incorrecta e absolutamente inaceitável. A propriedade kolkhoziana é uma propriedade socialista e não podemos de nenhum modo tratá-la como propriedade capitalista. O facto de a propriedade kolkhoziana não constituir propriedade de todo o povo não significa em caso algum que a propriedade kolkhoziana não seja propriedade socialista.

Estes camaradas supõem que a transferência da propriedade de indivíduos e de grupos para a propriedade do Estado constitui a única ou, em todo caso, a melhor forma de nacionalização. Isto é falso. Na realidade a transferência para a propriedade do Estado não é a única, nem sequer a melhor forma de nacionalização, mas sim a forma inicial de nacionalização, como justamente refere Engels no *Anti-Dühring*. Certamente que enquanto existir o Estado, a transferência para a propriedade do Estado é a forma inicial de nacionalização mais compreensível. Mas o Estado não existirá eternamente. Com o alargamento da esfera de acção do socialismo na maioria dos países do mundo, o Estado desaparecerá e, naturalmente, nesta sequência, deixa de se colocar a questão da transferência dos bens dos indivíduos ou de grupos para a propriedade do Estado. O Estado desaparecerá mas a sociedade manter-se-á. Por conseguinte, na qualidade de herdeiro da propriedade de todo o povo surgirá, não já o Estado que terá desaparecido, mas a própria sociedade na pessoa de um órgão económico central dirigente.

O que será então necessário fazer para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo?

Como medida fundamental para essa elevação da propriedade kolkhoziana, os camaradas Sanina e Venjer propõem vender aos kolkhozes os principais instrumentos de produção, concentrados nas estações de máquinas e tractores [MTS, sigla em russo], aliviando deste modo o Estado de investimentos na agricultura e levando os próprios kolkhozes a assumir a responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento das estações de máquinas e tractores. Dizem:

*«Não seria justo admitir que os investimentos dos kolkhozes devam continuar a destinar-se principalmente à satisfação das necessidades culturais das comunidades rurais e que o volume fundamental dos investimentos nas necessidades da produção agrícola deva continuar a ser feito pelo Estado. Será porventura mais justo libertar o Estado deste fardo, visto que os kolkhozes têm todas as capacidades para o assumir. O Estado tem muito onde investir os seus recursos a fim de criar abundância de artigos de consumo no país».*

Para fundamentar esta proposta, seus autores apresentam vários argumentos.

Em primeiro lugar, referindo-se às palavras de Stáline de que os meios de produção não se vendem nem mesmo aos kolkhozes, os autores da proposta põem em dúvida esta tese, afirmando que, apesar de tudo, o Estado vende aos kolkhozes certos meios de produção, caso das pequenas alfaias agrícolas como foices, gadanhas, pequenos motores, etc. Consideram que se o Estado vende estes meios de produção aos kolkhozes poderia também vender-lhes todos os outros meios de produção, como as máquinas das *MTS*.<sup>28</sup>

Este argumento é inconsistente. É certo que o Estado vende pequenas alfaias agrícolas aos kolkhozes, como está previsto no Estatuto do Artel Agrícola e na Constituição. Mas poderão ser colocados no mesmo plano as pequenas alfaias e meios de produção tão fundamentais à agricultura como as máquinas das *MTS* ou, digamos, a terra, que também é um dos meios de produção fundamentais na agricultura? É evidente que não. Não se pode porque as pequenas alfaias não têm qualquer papel decisivo na produção kolkhoziana, ao passo que meios de produção como as máquinas das *MTS* e a terra são cruciais para os destinos da agricultura nas condições actuais.

É fácil perceber que quando disse que os meios de produção não são vendidos aos kolkhozes não me referia às pequenas alfaias, mas aos principais meios de produção agrícola: as máquinas das *MTS* e a terra. Os autores da proposta fazem um trocadilho com o conceito de «meios de produção» e confundem duas coisas distintas, sem se aperceber que dão um passo em falso.

Em segundo lugar, os camaradas Sanina e Venjer evocam o facto de que, no período inicial do movimento kolkhoziano de massas – entre o final de 1929, início de 1930 –, o próprio CC do PCU(b) defendeu a entrega da propriedade das estações de máquinas e tractores aos kolkhozes, exigindo que estes amortizassem o seu valor num prazo de três anos. Os autores da proposta consideram que, apesar desta iniciativa ter na altura fracassado «*devido à pobreza*» dos kolkhozes, agora que estes são ricos seria possível voltar a esta política e vender as *MTS* aos kolkhozes.

Este argumento é igualmente inconsistente. O CC do PCU(b) aprovou efectivamente, no início de 1930, a decisão de vender as *MTS* aos kolkhozes. A decisão foi aprovada a título de experiência, de teste, por proposta de um grupo de kolkhozianos de choque, devendo a questão voltar a ser examinada a breve prazo. Mas logo na primeira verificação ficou demonstrado que a decisão era inoportuna e passados alguns meses, precisamente no final de 1930, foi revogada.

O crescimento posterior do movimento kolkhoziano e o desenvolvimento da construção kolkhoziana convenceram definitivamente tanto os kolkhozianos como os quadros dirigentes de que a concentração dos principais meios de

---

<sup>28</sup> Em 1958, o Estado soviético, até então o único detentor das Estações de Máquinas e Tractores (*MTS*), obrigou os kolkhozes a comprar todas as máquinas das *MTS*, medida que constituiu uma inversão da política do governo e teve graves consequências na situação das unidades colectivas agrícolas, como de resto I.V. Stáline alertou no presente texto. (*N. Ed.*)

produção agrícolas nas mãos do Estado, nas estações de máquinas e tratores, era o único meio de assegurar altos ritmos de crescimento da produção kolkhoziana.

Todos nós nos regozijamos com o colossal crescimento da produção agrícola no nosso país, com o crescimento da produção de cereais, algodão, linho, beterraba, etc. Mas qual será a origem deste crescimento? A origem deste crescimento é a técnica moderna, são as numerosas máquinas modernas empregues nestes ramos da produção. A questão aqui não é apenas a técnica em geral, mas a circunstância de que a técnica não pode ficar estática, tem de ser constantemente aperfeiçoada, e a velha técnica deve ser inutilizada e substituída pela nova, e a nova pela mais recente. Sem isto a nossa agricultura socialista não poderia progredir, não haveria grandes colheitas, nem abundância de produtos agrícolas. Mas que significa inutilizar centenas de milhares de tratores de rodas e substituí-los por tratores de lagartas, substituir dezenas de milhares de ceifeiras-debulhadoras antigas, criar novas máquinas, digamos, para culturas industriais? Significa suportar gastos de milhares de milhões de rublos que só poderão ser recuperados ao fim de seis ou oito anos. Poderão os nossos kolkhozes suportar tais gastos, mesmo que tenham milhões? Não. Não podem, uma vez que não estão em condições de assumir despesas de milhares de milhões, que só podem ser recuperadas ao fim de seis a oito anos. Só o Estado pode arcar com estas despesas, uma vez que só ele está em condições de assumir os prejuízos decorrentes da inutilização das máquinas velhas e da sua substituição por novas, uma vez que só ele está em condições de suportar estes prejuízos ao longo de seis ou oito anos, até poder ser ressarcido dos gastos realizados.

Depois do que foi dito, que significa exigir a venda das *MTS* aos kolkhozes? Significa imputar aos kolkhozes enormes prejuízos e levá-los à falência, socavar a mecanização da agricultura, diminuir o ritmo de crescimento da produção kolkhoziana.

Daqui resulta a seguinte conclusão: ao propor a venda das *MTS* aos kolkhozes, os camaradas Sanina e Venjer dão um passo atrás e procuram inverter a roda da história.

Admitamos por um instante que aceitamos a proposta dos camaradas Sanina e Venjer e começamos a vender aos kolkhozes os principais instrumentos de produção – as estações de máquinas e tratores. Qual seria o resultado?

Em primeiro lugar, o resultado seria que os kolkhozes passariam a ser proprietários dos principais instrumentos de produção, isto é, ficariam numa situação excepcional em relação a todas as empresas do nosso país, uma vez que mesmo as empresas nacionalizadas não são proprietárias dos instrumentos de produção. Como se poderia justificar esta situação excepcional dos kolkhozes, na base de que entendimento do progresso e do avanço em frente? Poder-se-á alegar que tal situação contribuiria para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo, que aceleraria a transição da nossa sociedade do socialismo para o comunismo? Não será mais justo dizer que tal situação apenas iria distanciar a propriedade kolkhoziana da propriedade de



todo o povo e que não nos aproximaria do comunismo mas, pelo contrário, nos afastaria dele?

Em segundo lugar, disto resultaria um alargamento da esfera de acção da circulação mercantil, dado que uma quantidade colossal de instrumentos de produção agrícola cairia na sua órbita. Pensarão os camaradas Sanina e Venjer que o alargamento da esfera da circulação mercantil poderá contribuir para o nosso avanço em direcção ao comunismo? Não será mais justo dizer que tal alargamento só poderia travar o nosso avanço para o comunismo?

O principal erro dos camaradas Sanina e Venjer decorre do facto de não compreenderem o papel e o significado da circulação mercantil no socialismo; não compreenderem que a circulação mercantil é incompatível com a perspectiva da transição do socialismo para o comunismo. Pensam, pelos vistos, que mesmo com a circulação mercantil se pode passar do socialismo ao comunismo, que a circulação mercantil não constitui um obstáculo a esta transição. Isto é um profundo equívoco que nasce da incompreensão do marxismo.

Ao criticar a «*comuna económica*» de Dühring, que funciona sob as condições da circulação mercantil, Engels demonstrou convincentemente no seu *Anti-Dühring* que a existência da circulação mercantil conduziria inevitavelmente as «*comunas económicas*» à restauração do capitalismo. Pelos vistos, os camaradas Sanina e Venjer não concordam com isto. Tanto pior para eles. Quanto a nós, marxistas, partimos da conhecida tese marxista de que a transição do socialismo para o comunismo e para o princípio comunista da distribuição dos produtos segundo as necessidades excluem qualquer troca mercantil e, por conseguinte, excluem também a transformação dos produtos em mercadorias e, dessa forma, a sua transformação em valor.

Assim são as coisas no que toca à proposta e aos argumentos dos camaradas Sanina e Venjer.

Então o que se deve fazer, ao fim e ao cabo, para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo?

O kolkhoz não é uma empresa singular. O kolkhoz trabalha e cultiva uma terra que há muito constitui propriedade, não kolkhoziana, mas de todo o povo. Portanto, o kolkhoz não é proprietário da terra que cultiva.

Mais. O kolkhoz trabalha com a ajuda de instrumentos de produção fundamentais que não são propriedade kolkhoziana mas de todo o povo. Portanto, o kolkhoz não é proprietário dos principais instrumentos de produção.

Mais. O kolkhoz é uma empresa cooperativa, utiliza o trabalho dos seus membros e distribui o rendimento entre eles, de acordo com as «*jornadas de trabalho*» realizadas, sendo que dispõe das sementes que são renovadas anualmente e utilizadas na produção.

Pergunta-se: o que é que o kolkhoz possui verdadeiramente, qual é a propriedade kolkhoziana de que dispõe com inteira liberdade, segundo os seus próprios critérios? Essa propriedade é a produção do kolkhoz, o produto da produção kolkhoziana: cereais, carne, manteiga, legumes, algodão, beterraba, linho, etc., sem contar os edifícios e os terrenos para exploração pessoal dos kolkhozianos. Sucede que uma parte considerável desta produção, o excedente

da produção kolkhoziana, entra no mercado e integra-se deste modo no sistema de circulação de mercadorias. É precisamente esta circunstância que impede neste momento a elevação da propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo. Por isso, é precisamente por esta ponta que se tem de começar o trabalho de elevação da propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo.

Para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo é necessário retirar o excedente da produção kolkhoziana do sistema de circulação mercantil e integrá-lo no sistema de troca de produtos entre a indústria estatal e os kolkhozes. Isto é o essencial.

Ainda não dispomos de um sistema desenvolvido de troca de produtos, mas temos formas embrionárias como o «*pagamento em mercadorias*» de produtos agrícolas. Como é conhecido, a produção dos kolkhozes que cultivam o algodão, o linho, a beterraba, etc., há muito que é «*paga em mercadorias*». É verdade que só uma parte é paga deste modo, mas não deixa de existir «*pagamento em mercadorias*». Note-se de passagem que a expressão «*pagamento em mercadorias*» não é feliz e deveria ser substituída pela expressão «*troca de produtos*». A tarefa consiste em organizar estas formas embrionárias da troca de produtos em todos os ramos da agricultura e desenvolver a partir deles um amplo sistema de troca de produtos, de modo a que os kolkhozes recebam pela sua produção não só dinheiro, mas sobretudo artigos de que necessitam. Tal sistema exige um aumento enorme da produção fornecida pela cidade ao campo, por isso, terá de ser introduzido sem precipitações, à medida da acumulação dos artigos produzidos pela cidade. No entanto, deve ser introduzido de forma consequente, sem vacilações, reduzindo-se passo a passo a esfera de acção da circulação mercantil e alargando a esfera de acção da troca de produtos.

Tal sistema, ao reduzir a esfera de acção da circulação mercantil, facilitará a transição do socialismo para o comunismo. Além disso, permitirá incluir a principal propriedade dos kolkhozes — a produção kolkhoziana — no sistema geral da planificação nacional.

Este será o meio efectivo e decisivo para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo nas nossas condições actuais.

Será vantajoso tal sistema para os camponeses kolkhozianos? Sem dúvida que é vantajoso. É vantajoso, uma vez que os camponeses kolkhozianos receberão do Estado produtos em quantidade muito maior e a preços mais baixos do que com o sistema de circulação mercantil. É do conhecimento geral que os kolkhozes que têm contratos com o governo de troca de produtos («*pagamento em mercadorias*») têm ganhos incomparavelmente maiores que os kolkhozes que não têm este tipo de contratos. Se o sistema de troca de produtos se estender a todos os kolkhozes do país, então todo o nosso campesinato kolkhoziano beneficiará destas vantagens.

I. STÁLINE

28 de Setembro de 1952

*Pravda*, 4 de Outubro de 1952

## Índice

### Observações sobre as questões económicas relacionadas com a discussão de Novembro de 1951

1. A questão do carácter das leis económicas no socialismo .....	2
2. A questão da produção mercantil no socialismo .....	6
3. A questão da lei do valor no socialismo .....	11
4. A questão da eliminação da oposição entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e físico, e também a questão da liquidação das diferenças entre eles .....	14
5. A questão da desintegração do mercado internacional único e o aprofundamento da crise do sistema capitalista mundial .....	17
6. A questão da inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas .....	18
7. A questão das leis económicas fundamentais do capitalismo actual e do socialismo .....	21
8. Outras questões	
1) A questão da coacção não económica no feudalismo .....	24
2) A questão da propriedade pessoal das famílias kolkhozianas .....	24
3) A questão do montante das rendas pagas pelos camponeses aos latifundiários, bem como do montante dispendido com a compra de terras .....	25
4) A questão da fusão dos monopólios com o aparelho estatal .....	25
5) A questão do uso das máquinas na URSS .....	25
6) A questão da situação material da classe operária nos países capitalistas ..	26
7) A questão do rendimento nacional .....	26
8) A questão sobre o capítulo especial do manual dedicado a Lénine e a Stáline como criadores da Economia Política do Socialismo .....	26
9. A importância internacional de um manual marxista de economia política .....	27
10. Formas de melhorar o projecto de manual de economia política .....	28

**Resposta ao camarada Alexandre Ilitch Notkine** (21 de Abril de 1952) .. 29

**Sobre os erros do camarada L. D. Iarochenko** (22 de Maio de 1952) .... 35

1. O erro principal do camarada Iarochenko .....	35
2. Outros erros do camarada Iarochenko .....	43

**Resposta aos camaradas A. V. Sanina e V. G. Venjer** (28 de Setembro de 1952) ..... 52 |

1. A questão do carácter das leis económicas do socialismo .....	52
2. A questão das medidas para elevar a propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade de todo o povo .....	53